

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**INCLUSÃO SOCIAL PREVISTA
EXCLUSÃO INEVITÁVEL**

Saúde, pureza e santidade no contexto do Levítico 13 e 14

LEONARDO MENDES CARDOSO

**GOIÂNIA
2001**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**INCLUSÃO SOCIAL PREVISTA
EXCLUSÃO INEVITÁVEL**

Saúde, pureza e santidade no contexto do Levítico 13 e 14

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Ciências da Religião como
requisito para obtenção do Grau de Mestre.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Valmor da Silva
LEONARDO MENDES CARDOSO

GOIÂNIA
Agosto/2001

À minha esposa Maristella e aos meus filhos Amanda e Leonardo Júnior que, durante estes dois últimos anos, souberam me apoiar na concretização de mais este sonho.

Em agradecimento ao meu orientador,
Prof. Dr. Valmor da Silva, luz constante
nesta caminhada.

Aos professores e colegas de mestrado.

À secretária do Mestrado em Ciências da
Religião, Valéria, sempre simpática e
solícita.

SUMÁRIO

Resumo
Abstract
Introdução

Capítulo I	21
1- O CONTEXTO DO LEVÍTICO.....	21
1.1- Da destruição do templo de Jerusalém ao cativeiro na Babilônia.....	22
1.2- O retorno à pátria.....	24
1.3- A restauração da comunidade hebraica.....	26
1.4- As dificuldades da reconstrução.....	28
1.5- A necessidade das leis do Levítico.....	30
1.6- A legitimação do poder sacerdotal pelo campo do sagrado.....	33
1.7- Puro-impuro e santidade no contexto do Levítico.....	36
1.8- A formação do livro do Levítico.....	38
1.9- A manutenção do poder sacerdotal.....	43
1.10- Ensinamentos, cultos e ritos no contexto do Levítico.....	44
1.11- O papel do sacerdote no julgamento da pureza.....	47
1.12- Análise de Levítico 13 e 14.....	49
1.13- Análise exegética.....	62
Capítulo II	67
2- ACERCA DA LEPRA.....	67
2.1- A lepra no Antigo Israel e comunidades afins.....	67
2.2- A descrição da lepra em Levítico 13.....	74
2.3- Diagnósticos diferenciais em relação à <i>tsara'at</i>	79
2.4- Medidas preventivas em relação à <i>tsara'at</i>	80
2.5- Concordância.....	82
2.6- Levítico 14: as normas para purificação dos portadores de <i>tsara'at</i>	83
2.7- Casos de <i>tsara'at</i> acometendo habitações.....	88
2.8- Crítica histórica acerca da “lepra”.....	89
2.9- A “lepra” sob o ponto de vista da medicina moderna.....	96
2.9.1- Definição.....	97
2.9.2- Agente etiológico.....	97
2.9.3- Dados epidemiológicos.....	98
2.9.4- Imunologia.....	99
2.9.5- Diagnóstico.....	100
2.9.6- Diagnóstico diferencial.....	102
2.9.6.1- Com forma indeterminada.....	102
2.9.6.2- Com forma tuberculóide.....	104
2.9.6.3- Com hanseníase dimorfa.....	105
2.9.6.4- Com hanseníase virchowiana.....	105

2.9.7- Tratamento da “lepra”.....	106
2.10- Lepra (hanseníase) x <i>tsara’at</i>	107
Capítulo III	110
3- PUREZA, SAÚDE E SANTIDADE.....	110
3.1- Saúde, doença e salvação: uma visão holística.....	110
3.2- Bíblia, pureza e saúde.....	119
3.3- A importância e o significado dos rituais e sacrifícios na manutenção da pureza.....	122
3.4- Como compreender a questão do puro-impuro no contexto de Levítico 13-14.....	126
3.5- Inclusão e exclusão sociais analisadas com base em Levítico 13-14.....	128
3.6- <i>Tsara’at</i> = lepra: tradução intencional?.....	132
3.7- A visão neotestamentária acerca da saúde, pureza e salvação.....	135
Conclusão	138
Bibliografia	145

Resumo

CARDOSO, Leonardo Mendes. *Inclusão social prevista, exclusão inevitável – Saúde, pureza e santidade no contexto do Levítico 13 e 14*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

As condições desfavoráveis vividas pela comunidade judaica do pós-exílio impunham a necessidade da adoção de leis rígidas de controle higiênico e sanitário, capazes de permitir a sobrevivência daquele grupo. O livro do Levítico, em seus capítulos 13 e 14, constituía-se num verdadeiro tratado de medicina preventiva e o seguimento das normas ali contidas envolvia questões profundas referentes a um conjunto de doenças de pele, conhecidas pelo termo hebraico *tsara'at*. Tal doença, conforme o entendimento daquelas pessoas, provinha da transgressão das leis mosaicas e era capaz de afetar tanto os seres humanos como também suas vestes e habitações. Da quebra deste estado de pureza, responsável pelo acometimento por alguma forma de *tsara'at*, decorria a imposição de um isolamento do indivíduo afetado, configurando-se tal medida como excludente social. No entanto, tal exclusão não se revestia de uma intencionalidade, sobretudo porque eram tentados, ao máximo, todos os meios capazes de permitir a restauração daquele estado inicial de pureza. Por outro lado, mesmo na atualidade, com o advento das mais modernas técnicas de terapia médica, ainda se faz inevitável o isolamento ocasional dos portadores de algumas doenças infecto-contagiosas, sem o qual, inúmeras vítimas inocentes poderiam sofrer com a disseminação destas patologias. A confusão decorrente da leitura dos textos do Lv 13 e 14, através das diversas traduções onde o termo grego *lepra* é usado em lugar de *tsara'at*, provém da manutenção deste primeiro, cuja origem denota igualmente ao segundo um conjunto de moléstias cutâneas inespecíficas, para denominar outra doença que na atualidade se conhece pelo nome de Mal de Hansen ou hanseníase, cuja etiologia é bastante conhecida e cujo caráter altamente transmissível e deformante em alguns casos e quando não devidamente tratados, configura-se como estigmatizante e, portanto, impositora de uma exclusão social devido ao preconceito que gera entre as pessoas menos esclarecidas.

Abstract

CARDOSO, Leonardo Mendes. *Expected social inclusion, inevitable exclusion – Health, purity and holiness in the context of Leviticus 13 and 14*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2001.

The bad living conditions of the Jewish community, in the postexilic period, created the necessity of tough laws to control hygiene and sanitary habits, which could keep the survival of that group. The *Leviticus*, in this chapter 13 and 14, was a real preventive medical treaty and their procedures involved deep questions which referred to a group of skin disorders known by the Hebrew term *tsara'at*. According to the people of that time, such disease came from the transgression of the Mosaic laws and could affect either human beings or their clothing or houses. From the break of this state of purity, they believed one would be struck sick by some kind of *tsara'at*. There was the imposition of an isolation for those with the disease, what can be called as social exclusion. Such exclusion, however, was not intentional because they were tempted to the maximum to go back to the initial state of purity. On the other hand, even nowadays, with breakthroughs in medical therapy techniques, the occasional isolation of some patients with infecto-contagious diseases is still inevitable. Due to the fact that, without this isolation, numerous other innocent victims could suffer with the dissemination of these pathologies. The confusion aroused by the reading of the *Lv 13-14*, through several translations, where the term *lepra* substitutes for the original *tsara'at*, comes from the maintenance of the first, which its Greek origin denotes to the second a group of unspecified skin disorder. This is to name another disease that nowadays is known by the name of *leprosy* and its etiology is well known and which character is highly contagious and deforming and, in some cases, when not duly treated, becomes a stigma and therefore demands a social exclusion due to the prejudice from those who are ignorant about the problem.

Introdução

Inicialmente, é preciso esclarecer que, do fato de ser médico, nasce nosso especial interesse pelo estudo dos capítulos 13 e 14 do livro do Levítico. Desta forma, creio serem de grande importância os conhecimentos que possuo na área médica, bem como também acredito no bom rendimento, o qual pretendo conquistar, aliando religião e saúde, com vistas ao melhor uso da fé como princípio mantenedor e restaurador do equilíbrio e da integridade humanos.

O presente trabalho pretende, portanto, analisar as bases levíticas da fé judaica, demonstrando-lhes o caráter de inclusão social, bem como a importância das mesmas na manutenção do nomos e da sobrevivência daquela comunidade.

Nossa dissertação seguirá um esquema temático, o qual percorrerá três capítulos, por saber:

- 1- acerca do contexto do livro de Levítico;
- 2- acerca da lepra e;
- 3- acerca da pureza, saúde e santidade.

No primeiro capítulo discorreremos sobre os contextos histórico, social, cultural e religioso da comunidade judaica no pós-exílio, buscando compreender de que forma entendiam seus próprios destinos de miséria e sofrimento e como, ancorados pelas leis do Levítico, lidavam com a questão do puro-impuro, visando o alcance de um estado de santidade.

Ainda neste mesmo segmento, abordaremos o poder sacerdotal legitimado pelo campo do sagrado e a necessidade desta atuação como forma de manutenção nômica de um povo, cuja fé é o alicerce de sua própria sobrevivência. Aqui se fará mister a discussão acerca do conjunto de leis sacerdotais, de sua origem e do seu papel como tal.

Como veremos da exegese dos capítulos 13 e 14 do Levítico, a adoção de medidas higieno-sanitárias por parte dos judeus do pós-exílio foi responsável pela união e vida daquelas pessoas, principalmente pelas condições precárias e pelo contexto de miséria a que foram submetidas. Assim, as leis levíticas formam um rol de regras inteligentes e exequíveis, contemplando a todos, ao mesmo tempo em que estimula a esperança em dias melhores e a luta pela própria vida e pelo bem-estar comunitário.

Para tanto, buscamos compreender o contexto histórico, social, cultural e religioso do judaísmo vigente à época do exílio e do pós-exílio, estudando o comportamento desde a expatriação até o retorno daqueles judeus à terra natal,

com as tentativas e dificuldades da reconstrução da nação desfeita e da restauração de sua comunidade.

Estudaremos a necessidade da adoção de leis capazes de aglutinar e ordenar o reagrupamento e a forma como a religião proporcionou a execução deste projeto, legitimando o poder sacerdotal e as normas levíticas de pureza e santidade, através do campo do sagrado. Aqui será analisada a formação do livro do Levítico e a forte e determinante influência por ele exercida, através de seus ensinamentos, cultos e ritos sacrificiais.

No segundo capítulo, trataremos da questão da *tsara'at*, a qual se configurava como uma síndrome dermatológica capaz de também afetar vestes e habitações. Analisaremos tal condição patológica dentro do contexto do Levítico 13 e 14 e, por comparação, de que forma ela se distingue da lepra como a conhecemos na atualidade. Para tanto, estudaremos o mais detalhadamente possível cada uma dessas patologias, com a finalidade de as confrontarmos, num segundo momento, diferenciando-as como entidades distintas.

A questão da substituição do termo hebraico *tsara'at* pelo termo *lepra* também será abordada neste capítulo e, justamente pelo entendimento da mesma, poderemos concluir a não intencionalidade em agravar um termo com o intuito de forjar a fé pelo temor.

No terceiro capítulo, abordaremos a pureza, a saúde e a santidade como formas de manutenção da integridade do ser humano e o mecanismo pelo qual conduziam à elevação espiritual, no sentido de promover a saída do plano profano e a entrada no âmbito do sagrado, conforme previsto pela aliança de Deus com o povo judeu.

A existência humana deverá ser compreendida de maneira holística, onde a integração corpo-alma corresponda aos ideais judaicos de perfeição perante a divindade por eles cultuada. Saúde, por este prisma, deverá ser elaborada como situação de equilíbrio total, misturando-se todos os aspectos que envolvem o ser, enquanto componente social.

Portanto, não deveremos negligenciar a questão salvífica, justificada pela religião, a qual, ao seu tempo, exerce um papel terapêutico, sobretudo no bojo do levitismo, onde a fé representava sinal de pertença àquela comunidade e Deus, único capaz de prover o bem-estar pleno, possuía em Suas mãos o poder exclusivo da promoção da ordem a partir do caos.

Com base no acima exposto, tentaremos compreender os motivos pelos quais alguns autores se colocam em contraposição a este pensamento judaico, através do qual, ao nosso ver, buscavam a inclusão do indivíduo no seu contexto comunitário, utilizando-se tais teóricos até mesmo da figura de Jesus como justificativa de seus argumentos opositoristas. Mais além,

tentaremos demonstrar que as leis levíticas se constituíam na única forma profilática e racional de que dispunham para o impedimento da dizimação de toda uma nação, tendo em vista o iminente risco de epidemias.

Finalizando, da análise conjunta destes três capítulos elaboraremos nossa conclusão, tentando privilegiar o máximo das informações obtidas, esperando alcançar nossa meta, a qual diz respeito à não intencionalidade da promoção de uma exclusão social por parte dos judeus do pós-exílio, com base na legitimação das leis levíticas pelo campo do sagrado.

Capítulo I

O CONTEXTO DO LEVÍTICO

Este primeiro capítulo tratará de fornecer dados capazes de permitir a compreensão do contexto do Levítico, sobretudo no que diz respeito à lei de santidade e da noção de puro-impuro pertinentes à cultura e religiosidade hebraicas. Para tanto, serão estudados os dados históricos que dizem respeito ao exílio, cativeiro babilônico, repatriação e reestruturação da comunidade judaica partícipe deste mesmo contexto. No entanto, como assinalado por Pixley¹, “nos documentos deixados por qualquer história sempre existem interesses que ocultam o sentido dos acontecimentos.” Desta forma, talvez sejam omitidos involuntariamente alguns ângulos desta mesma história. Afinal, através de outros autores, poderíamos abordar nossa dissertação sob outros pontos de vista, tais como o do javismo popular em contradição ao javismo oficial.

1.1 – Da destruição do templo de Jerusalém ao cativeiro na Babilônia

Em 586 a.C., Nabucodonosor, rei da Babilônia, conquistou Jerusalém, destruindo o templo e levando-lhe parte dos habitantes como prisioneiros. Tal episódio tornou-se historicamente conhecido como o Cativeiro da Babilônia. No entanto, havia por parte do governo de Jerusalém a prática de uma política de tolerância religiosa e por isso enfrentava uma oposição sacerdotal, além da revolta da população contra uma forte opressão política e uma exploração fiscal

¹ Cf. Pixley, 1999, p. 9.

excessiva.² Esta situação já se arrastava desde há muito, através dos diversos reinados que se sucederam, bem como por meio das submissões por outros povos que os dominaram em diversos momentos de suas histórias.

Após o domínio imposto por Nabucodonosor, há relatos de que suas forças militares, chefiadas por ele próprio, levaram consigo apenas os bens materiais de maior valor e a nobreza da região, deixando para trás o povo pobre da terra³ sob o governo de Godolias, submisso ao rei babilônico e sem parentesco com a família real davídica (2Rs 25).⁴

Podemos depreender do exposto acima que, além dos traumas gerados pela invasão e deportação daqueles hebreus, já havia um estado de tensão interna, capaz de provocar conflitos. E é dentro desse cenário que encontraremos nossa comunidade de estudo, dividida, revoltada e afastada de seus ideais de constituir a nação eleita por Deus, da qual trata a Aliança, feita entre Javé e os hebreus, no Monte Sinai, sob a mediação de Moisés (Ex 19).

Outro fato, não menos importante para futuras análises, é o de que as pessoas deportadas para a Babilônia passaram a conviver estreitamente com aquela nova cultura, mais evoluída e totalmente diferente em seus costumes e crenças religiosas. Lá se cultuavam vários deuses, entre os quais um de nome Marduque, mais voltado para interesses terrenos, ao contrário de Javé, o deus único do povo judeu⁵. Além disso, já havia na região da Mesopotâmia a vigência

² 1Rs 1-13 fala de um cisma religioso e político nascido sob o reino de Salomão, podendo os autores da história cultural e religiosa de Israel estar se referindo a ele como tal governante.

³ Schwantes, 1987, p. 28-29 cita três grupos de expatriados em datas específicas – 597, 587 e 582 a.C. – onde, num total, teriam sido deportados não mais que 15 mil pessoas, incluindo-se aí alguns pobres e não apenas os membros da elite. Cf. Ez 1,3; 3,15; Sl 137,1; Jr 52,15.29-30.

⁴ Cf. Aquino, 1980, p. 131-139; Briend, 1994, p. 45-46; Bright, 1980; Collin e Lenhardt, 1994; Fohrer, 1982; Metzger, 1984; Pixley, 1999, p. 80-81; Renckens, 1969; Schwantes, 1982 e 1987.

⁵ Cf. Aquino, 1980, p. 118; Schwantes, 1987; Klein, 1990. Esta visão de Marduque como um deus mais voltado para as coisas terrenas representaria uma afirmação de Aquino, não sendo, no entanto, compartilhada por estes outros autores que o vêem como um deus ligado às questões espirituais.

de um código de leis, conhecido por Código de Hamurábi⁶, o qual regulava todos os aspectos da vida da sociedade babilônica, tais como comércio, família, propriedade, escravidão, herança etc, determinando punições equivalentes ao “olho por olho, dente por dente”, vistas na pena de Talião e que por certo também influenciou as leis do Pentateuco⁷.

Isto nos dá uma clara evidência da influência desta nova cultura no destino futuro daquela comunidade, vivendo por longos anos fora de seu contexto original. No entanto, com a nobreza também são exilados os sacerdotes que, mesmo distantes de sua região natal, mantêm suas atividades religiosas, imaginando a possibilidade de uma restauração da vida nacional e de uma reestruturação do povo a partir de Jerusalém e do Templo. Tudo isto será retomado no pós-exílio, fazendo deles, os sacerdotes, os novos chefes da comunidade judaíta.⁸

1.2 – O retorno à pátria

Ciro, o rei dos persas, invadiu e conquistou a Babilônia, libertando e autorizando aos hebreus o retorno à antiga pátria, onde tentariam reconstruir Jerusalém. Este fato representaria o fim do cativeiro.

A perda da identidade israelita vista por ocasião e como consequência do exílio imposto por Nabucodonosor é restaurada a partir da queda da Babilônia, em 539 a.C., quando Ciro, o Grande, conquista aquela região e inicia o domínio persa. Ciro era um governante cuja maior característica pessoal era a tolerância. Por isso, ele não causou mudanças radicais nos hábitos dos babilônios, chegando mesmo a cultuar o deus deles. Não houve

⁶ Cf. Bouzon, 1986.

⁷ Cf. Aquino, 1980, p. 113-114; Bright, 1980, p. 219.

⁸ Cf. Storniolo, 1995, p. 10.

grandes atitudes opressivas por parte de Ciro em relação aos seus dominados; pelo contrário, diminuiu-se a opressão até então existente, havendo maior prosperidade.⁹

Houve, por édito de Ciro, a permissão de que os judeus exilados voltassem à sua pátria e reconstruíssem o seu templo e culto em Israel. Isto fazia dele um invasor esperado e até proclamado como libertador. Vale então ressaltar que o seu governo não se fazia acontecer por meio da brutalidade e pelo esmagamento do sentimento pátrio dos conquistados. Pelo contrário, a estratégia era de tolerância aos cultos estrangeiros, até mesmo com a proteção e promoção dos mesmos,¹⁰ delegação de poderes e responsabilidades aos príncipes nativos, além da monitoração de todos os acontecimentos por meio de uma complexa burocracia de seu exército e de um eficiente sistema de comunicações.

A literatura bíblica, sobretudo relatada em Esd 1,2-4; 4,8 a 6,18; 2Cr 36,22-23, onde são citados documentos reais em arquivos daquela época, dá conta da proclamação deste decreto de Ciro restaurando a comunidade e o culto judaicos. Dentro deste contexto, incluem-se a reconstrução do templo de Jerusalém e a restauração dos vasos sagrados levados por Nabucodonosor, devolvendo-os ao seu antigo e devido uso.

De todo o exposto acima parece nascer o livro do Levítico, do qual trabalharemos os capítulos 13 e 14 em nossa dissertação, sendo o mesmo uma compilação de pequenas obras anteriores, as quais relatavam as práticas ligadas ao culto e ao sacerdócio no Templo de Jerusalém. Tal código de procedimentos perante Deus e a comunidade, já existente e ampliado durante o cativeiro, é então reelaborado e se torna o núcleo do Levítico¹¹. Voltaremos, oportunamente, à gênese do código de leis do Levítico.

1.3 – A restauração da comunidade hebraica

Sassabar, príncipe judeu, ficou encarregado pela restauração da comunidade hebraica no retorno à antiga pátria (Esd 5,14). Como já havia passado muito tempo desde a imposição do exílio, apenas os mais velhos recordavam-se da terra longínqua, além de ser aquela uma viagem longa e perigosa. Portanto, o número de exilados que aceitou empreender tal jornada não deve ter sido muito grande. Documentos da época, como o de Nippur, mostram nomes judeus entre os proprietários de bens e até casas bancárias

⁹ Cf. Bright, 1980, p. 487-491.

¹⁰ Cf. Donner, 1997, p. 444-447, onde se percebe claramente esta posição de calculismo político-religioso por parte de Ciro, rei da Pérsia.

¹¹ Cf. Cimosca, 1984, p. 26.

naquela região da Babilônia¹² e, sendo portanto ricos, os mesmos patrocinaram financeiramente a tal aventura de retorno à antiga pátria, sem no entanto desejar participar pessoalmente dela. Somente um pequeno grupo, liderado por Sassabar, voltou a Israel, sendo poucos os relatos acerca de como terminou tal jornada.

Zorobabel, sobrinho de Sassabar, parece ter tido sua história mesclada à de seu tio e muito vaga e documentalmente surgem referências a esta transição. Dá-se conta de que Zorobabel tenha sido verdadeiramente governador de Judá¹³, o que não se pode afirmar com certeza a respeito de Sassabar (Esd 5,14).¹⁴

Esd 3,6-11 e Zc 4,9 atribuem a Zorobabel o início da construção do novo templo, enquanto a fonte aramaica, em Esd 5,16, concede tal feito especificamente a Sassabar. O que parece ter havido foi uma superposição de narrativas, juntando-se a obra de duas personagens distintas. Sassabar teria começado os alicerces do templo, Zorobabel o teria concluído. A reconstrução teria durado apenas 5 anos – 520 a 515 a.C.¹⁵

Durante todo o governo de Ciro, e posteriormente de seu primogênito Cambises, houve um crescimento muito grande do império sob seu poder, ao ponto de em 525 a.C. Cambises anexar o Egito. Judá passou a ser apenas uma pequena província sem muita expressão dentro daquele vasto contexto de dominação e isso afetava até mesmo a fé judaica, onde se esperava que Javé aniquilasse todas as nações e ali instalasse o seu reino tão prometido pelas profecias.¹⁶

1.4 – As dificuldades da reconstrução

Jerusalém, conforme Ne 7,4, era pequena em extensão, mas mesmo assim, setenta e cinco anos mais tarde ainda se encontrava fracamente povoada e praticamente em ruína. O retorno revelava um povo inseguro, despreparado, enfrentando muitas dificuldades até mesmo em relação ao clima local que impedia o sucesso nas colheitas, de acordo com as citações de Ag 1,6; 1,9-11; 2,15-17. Ainda por cima, os samaritanos, seus vizinhos, lhes eram hostis. Esta situação de hostilidade agravou-se mais ainda pelo fato de os exilados se considerarem o “verdadeiro Israel” e, por isto, afastarem-se dos

¹² Cf. Bright, 1980, p. 491-493.

¹³ Segundo Donner, 1997, v.2, p. 465 e Pixley, 1999, p. 92, Zorobabel teria sido apenas um procurador especial.

¹⁴ Cf. Bright, 1980, p. 491-492.

¹⁵ Idem, p. 499-505.

¹⁶ Cf. Bright, 1980, p. 493-494.

samaritanos, dos demais vizinhos menos ortodoxos e de todos quantos considerassem impuros, também de acordo com relatos de Ag 2,10-14. Zc 8,10 cita a tensão, a violência e as perigosas condições em que se encontrava a segurança pública daquela região.

Ageu, Zacarias e Isaías II preocuparam-se com o comportamento daquela comunidade, uma vez que alimentavam enormes esperanças numa reconstrução que parecia não condizer com a sua dura realidade. Apesar do Segundo Isaías continuar pregando tais promessas de um futuro abençoado, tal não era o sentimento da maioria, a qual cobrava da Divindade uma postura em relação ao abandono em que se encontrava atirada.¹⁷

Os judeus que haviam ficado para trás tinham se apoderado das terras e as consideravam suas e, por certo, teriam dificuldades em devolvê-las àqueles recém-chegados que também as consideravam suas por direito de ancestralidade (Ez 33,24). Isto impedia, logicamente, o andamento das obras do novo templo, uma vez que as atenções da população estavam voltadas para a luta pela sobrevivência. Aquela comunidade, conforme Is 58,1-2 e 59,1-8, nem de longe espelhava o Israel prometido, ressurgido, dentro dos padrões proféticos. Tudo era desarranjo: tensões, explorações praticadas de irmãos contra irmãos e luta pela posse da terra.

Não havia uma fidelidade javista, pelo contrário, havia um enorme sincretismo religioso. De um lado encontravam-se os repatriados e seus ideais proféticos; de outro, os remanescentes com sua crença já desfigurada e incorporada de novos rituais pagãos. Com a desilusão crescente, imposta pelo não cumprimento das profecias, aumentava este sincretismo.

A antiga comunidade já não mais existia; o antigo Israel era impossível de ser refeito. Setenta anos aproximadamente haviam se passado e para trás, no tempo, havia ficado toda uma estrutura organizacional, política, religiosa e cultural que não mais podia ser igualada. A preocupação era a de simplesmente sobreviver sob condições inóspitas. O problema maior era o próprio existir. A queda de Jerusalém e a destruição do templo encarregaram-se de desfazer a unidade de Israel e, com os deportados seguia apenas a esperança na promessa de Deus, num novo “dia D”, o “dia de Javé”.

Mas tal dia não veio como eles esperavam. O que havia agora era miséria e sofrimento. Zorobabel, no qual depositaram suas esperanças, havia sido uma desilusão. As congregações religiosas e a ordem tribal já não mais existiam. O templo reconstruído tornou-se sim um local de culto, articulando a

¹⁷ Cf. Bright, 1980, p. 494-497.

existência daquela comunidade, mas longe de significar o retorno ao estado anterior.¹⁸

1.5 – A necessidade das leis do Levítico

Devido a tão intensa dificuldade em restaurar sua identidade como um verdadeiro povo israelita, fez-se necessária a instituição de uma legislação capaz de coordenar a existência comunitária, bem como estabelecer regras capazes de evitar desvios de conduta e conflitos internos. Instituíram então, como veremos adiante, as leis do Levítico.

O livro do Levítico recebe este nome por refletir a descrição das atividades dos sacerdotes da tribo de Levi, porém seu nome original em hebraico é dado por uma só palavra que quer dizer “e Ele chamou”, devido ao fato de os judeus denominarem seus livros sagrados pelo nome com que iniciam seus textos.¹⁹

Pixley²⁰ mostra-nos que a provável gênese do livro do Levítico surge de uma leitura sacerdotal revisionista não só do Deuteronômio, mas sim do Pentateuco, com uma exaltação do papel de Aarão e com um certo destaque para Moisés. Tudo isto refletiria o poder político da classe sacerdotal, a qual controlava o templo e contava com o apoio do império.

Conforme Wayne A. Turner²¹, a forma do material utilizado para compor o Levítico é histórica e legal, tratando sempre da vocação do povo hebreu para a santidade, conforme os preceitos sacerdotais, pelos quais se deve alcançar o estado de ser santo, servindo-se a um Deus uno e também santo, o qual disse

¹⁸ Cf. Bright, 1980, p. 501-505.

¹⁹ Cf. Bergant, 1999, p. 122.

²⁰ Cf. Pixley, 1999, p. 96-97.

²¹ Citado em Bergant, 1999, p. 122-123.

“sede santos, pois eu sou santo, eu, o Senhor, vosso Deus”, como aparece em Lv 19,2.

Ainda conforme este mesmo autor, não há certeza acerca da autoria desta obra literária, sendo que para alguns outros autores trata-se de um livro escrito por Moisés, enquanto outros o julgam pós-exílico e feito não por um, mas por um grupo de redatores, os quais foram compilando materiais e tradições populares. Esta é uma questão polêmica²², no entanto, parece haver a tendência da maioria em julgá-la como oriunda totalmente de uma fonte sacerdotal pós-exílica, à qual se filia Ezequiel, numa espécie de releitura do Deuteronômio²³, como será abordado na seqüência deste trabalho.

Storniolo²⁴, de forma veemente, afirma que qualquer especulação contrária à sua origem sacerdotal configura-se como mera ficção, argumentando que a referida obra chegou à sua forma atual realmente no período pós-exílico, após o ano de 538 a.C. O fato de fazer com que o Levítico remontasse a Aarão e Moisés apenas teria servido como forma de legitimação do poder sacerdotal, pelo uso do campo do sagrado e, mais ainda, nele se fizeram incluir materiais muito antigos e muitas vezes semelhantes aos materiais culturais de povos vizinhos. E é justamente esta linha de raciocínio que iremos utilizar em nossas argumentações.

Schwantes²⁵ nos informa, neste mesmo sentido, que os livros proféticos eram entusiasticamente colecionados no período do exílio, principalmente pelo fato de darem razão aos profetas e que, desta forma, serviam como instrumentos do juízo divino, ao mesmo tempo que lhes permitiam a manutenção dos vínculos daquela comunidade expatriada com o templo e com Jerusalém. Tudo isto, mais uma vez funcionava como legitimação do poder sacerdotal através do campo do sagrado.

Os avisos proféticos de ameaça de punições aos hebreus por causa das suas transgressões às leis divinas podiam ser atestados pelas próprias ruínas de Jerusalém e colecionar, reler, interpretar e compilar as antigas leis parece então ter sido obra dos remanescentes e não propriamente dos exilados.²⁶ A obra surgida, por fim, desta releitura, passa a fazer parte do corpo comunitário como um todo, no seio do qual será lida e assumida por todo o Israel.

²² Cf. Pereira, 1996, p. 137-138. Esta autora aponta inclusive para a possibilidade de já existir boa parte dos códigos antes da destruição de Jerusalém, no ano de 587 a.C.

²³ Cf. Briend, 1994, p. 67.

²⁴ Cf. Storniolo, 1995, p. 7-8.

²⁵ Cf. Schwantes, 1987, p. 60-67; Pereira, 1996, p. 138-139.

²⁶ Cf. Schwantes, 1987, p. 68.

1.6 – A legitimação do poder sacerdotal pelo campo do sagrado

No entanto, para Storniolo, o livro do Levítico estaria baseado no poder e governo sacerdotais pós-exílicos e, tendo sido feito remontar a Aarão e Moisés, a classe sacerdotal ter-se-ia valido da legitimação pelo campo do sagrado para

justificar plenamente sua função de chefiar e conduzir a vida religiosa, moral e social do povo judeu. Ao ter sido inserido no Pentateuco, logo após o livro do Êxodo, fazia lembrar o novo êxodo, o do exílio na Babilônia, colocando as bases do judaísmo como religião e vida nacionais.²⁷

Esta legitimação poderá ser compreendida quando fica explicitado que, pela consagração de um povo a uma determinada divindade, pelo cumprimento dos ritos impostos em favor dela, pelo cumprimento das leis ditadas em seu nome, submetendo-se o mundo natural e o mundo social a um esquema de mudanças e conversão desta natureza a uma nova ética sistematizada pelos representantes, sacerdotes geralmente, alcança-se um novo status legitimado pelo poder implícito do sagrado.²⁸

A verdade vivida de uma experiência religiosa tornar-se-á a expressão legitimadora de uma posição social, legitimando-se, por acréscimo, todas as propriedades pertencentes a esta estrutura social, com suas respectivas funções, em favor de um determinado grupo ou classe, onde se dá a divisão do trabalho religioso. Esta consagração só se faz possível quando o sagrado se expressa e posteriormente termina por demonstrar no carisma daquele que o próprio leigo consagrou como portador de tal característica. Daí, o sacerdote, escudando-se na divindade que representa, ao regulamentar a vida dos leigos, necessitará sobretudo adaptar sua doutrina às necessidades de sua comunidade.²⁹

É de se perguntar então se o Levítico não teria nascido mesmo, antes de sua redação, das próprias práticas da comunidade a que se destinava primordialmente, reportando-se a tradições orais acerca dos hábitos e costumes

daquele povo. O próprio Turner alude a isto informando-nos de que provavelmente o preconceito contra o culto no templo teria influenciado na formação do material do qual surgiu este livro. O povo encontrava-se disperso e a grandes distâncias capazes de afetar a prática ritual, além de se achar convencido de que Deus não possuía morada fixa neste plano terreno, estando

²⁷ Cf. Storniolo, 1995, p. 8.

²⁸ Cf. Bourdieu, 1974.

²⁹ Cf. Weber, 1991.

com ele onde quer que fosse. Era, assim, o Deus dos peregrinos e isto satisfazia as necessidades daquelas comunidades.³⁰

Percebemos então que o Levítico encontra-se plenamente legitimado pelo poder do sagrado, bem como, junto com ele, os sacerdotes que o colocarão em cumprimento. Não se tratará, no entanto, de um simples livro de leis, mas, muito mais amplamente, um código de postura composto por leis, rituais e instruções. Isto fica evidente nas afirmações de Turner, quando ele diz que “ao se falar da Torá, devemos evitar o uso da palavra ocidental ‘lei’. A Torá não é um sistema de leis. A Torá vem de Deus, para ensinar, regular, instruir e distinguir.” E completa: “de certo modo, o Levítico serve de bula de instruções para toda Torá”.³¹

1.7 – Puro-impuro e santidade no contexto do Levítico

No corpo do Levítico, um dos principais conteúdos trata das leis de pureza, as quais devem ser entendidas como algo capaz de propiciar o discernimento popular dos limites entre o que seja sagrado e o que seja profano. Daí nascerá a concepção sacerdotal acerca do que venha a ser santidade, com a necessidade de determinação de uma linha divisória entre natureza e cultura, ou seja, daquilo que é meramente mundano e daquilo que seja composto pelo mundo transformado graças à ação humana. Isto servirá para que se evitem intromissões entre estas partes.³²

Cimosa nos fala de uma pureza material capaz de conduzir à manutenção das condições para uma pureza ritual. Informa-nos ainda este autor que o impuro, como o sexo por exemplo, não tratará de algo ‘sujo’, mas apenas separado das coisas ligadas ao culto de Deus.³³ Tanto a noção de impuro estava ligada ao plano material que são citados animais, secreções e excreções corporais, lesões de pele, manchas em paredes de casas ou em tramas de tecido, conforme podemos verificar no corpo do Levítico.

Desta forma, distinguindo-se natureza e cultura, bem como profano e sagrado, podemos compreender os limites entre cada uma destas esferas, com

³⁰ Cf. Bergant, 1999, p. 123.

³¹ Idem, p. 123-124. Torá vem do verbo YRH, que significa justamente instruir, orientar (cf. Schökel, 1997, p. 283).

³² Cf. Storniolo, 1995, p. 35-36. Recomendamos a leitura de Pereira, 1996, p. 148-150 e 155-158, onde a autora discorre sobre a questão da pureza-impureza e, na seqüência, sobre as leis acerca da lepra no Levítico.

³³ Cf. Cimosa, 1984, p. 21.

suas leis próprias, e assim adentrarmos o espaço sagrado sem que se leve o caos ou a desordem a este plano. A pureza tende então a ser incorporada a partir do cotidiano, levando o indivíduo à libertação do que lhe colocaria em condições de impureza perante Deus e a comunidade, impedindo-lhe participar do corpo de uma nação pura e eleita por Deus e para Deus.

Conforme Storniolo³⁴, o importante desta lei é a distinção que se possa fazer entre os extremos: Deus no limite máximo da pureza e a natureza selvagem e desconhecida no limite máximo da impureza. Com isto, tentando alcançar as esferas divinas, o que nascera com a intenção de promover a inclusão dos homens a um plano mais elevado, acabou por gerar um desprezo pelo inferior, pelo impuro e até mesmo pela própria natureza. Melhor dizendo, tal conjunto de leis impõe uma estratificação social inevitável por parte do poder que gere a sociedade, como se pode perceber na estrutura do próprio Templo de Jerusalém, onde temos a seguinte seqüência, escalonada a partir do mais puro para o mais impuro: Deus, sumo sacerdote, sacerdotes e levitas, homens judeus, mulheres judias, pagãos e, enfim, natureza.

Todo o referido em relação à pureza deverá servir para a condução à santidade. Óbvio, então, que o cumprimento das leis de pureza mereçam uma obediência integral em resposta à aliança mediada pelos sacerdotes. O Levítico nos mostra uma clara evidência desta relação quando o analisamos e percebemos que segue padrões definidos: obediência à lei (Lv 1-7); preparação para a santidade através da manifestação da glória do Senhor para o povo por intermédio de um sacerdócio santo (Lv 8-10); purificação para o alcance da santidade (Lv 11-16); e por fim, a própria lei de santidade (Lv 17-27).³⁵

A santidade estará estreitamente ligada à integralidade do ser, tendendo-o à unicidade de Deus. A ordenação do todo com vistas a integrar-se como vida, através da pureza, terá muito a ver com o conceito de pessoa e de tudo o que possa desordená-la, tornando-a impura, como são capazes de fazê-lo, no caso dos capítulos 13 e 14 do Levítico, de nosso interesse, as doenças.³⁶

1.8 – A formação do livro do Levítico

A história sacerdotal, portanto, permitia, pela análise do exposto, que fosse mantida a condição de unicidade como ser e como povo eleito de Deus, mesmo a despeito do contexto de desagregação traduzido pelo exílio imposto

³⁴ Cf. Storniolo, 1995, p. 35-37. Vale também conferir Reimer e Reimer, 1999, onde se trata da questão do gênero, da terra e de seus valores, além da estratificação social no contexto do AT.

³⁵ Cf. Bergant, 1999, p. 130.

³⁶ Idem, p. 121.

àquela comunidade deportada de Jerusalém. Assim, era possível manter, mesmo à distância, a identidade de um povo cujos valores foram aviltados; cujo rei foi preso e desmoralizado; cuja instituição maior, o templo, estava destruído e cuja terra natal estava a uma grande distância. É aí, já neste contexto, que se inicia a formação do livro do Levítico, através das tradições e da cultura deste povo.³⁷

A pertença pessoal àquela comunidade consagrava-se por estreitos laços de parentesco e de relacionamento entre seus membros e o controle religioso se fazia perpetuar pela hereditariedade explicitada pela genealogia vigente no grupo de sacerdotes. Com a falta do templo, a palavra de Deus desempenha a função de “lugar sagrado”. Procura-se compreender os desígnios de Deus para as desgraças sofridas e, assim, integra-se a história de Israel à história mais ampla da humanidade, na qual Deus se faz presença constante. A fé passa então a ser o motivo maior de esperança dos judeus, aguardando na lei o cumprimento das promessas de Javé a Moisés.³⁸

As doenças e toda sorte de desgraças são vistas, sob o prisma da aliança, como fugas à lei ou até mesmo como castigo pelo não cumprimento da mesma. Não havia, porém, como cumprir a Torá integralmente e isso fazia com que praticamente ninguém fosse justo perante a lei. Deste paradoxo nasceu a idéia do Servo sofredor de Is 42,3-4, o qual se revela no futuro sob a Nova Aliança, onde os preceitos do Pentateuco se fazem cumprir através dos Dez Mandamentos, mas agora sob a intermediação de Jesus e do Espírito Santo.³⁹

Esta nova lei, ditada por uma releitura do levitismo por Jesus, ultrapassará os limites da lei mosaica, complementando-a, ao invés de destruí-la, com a intenção de fazer com que se alcance o Reino de Deus em sua plenitude, porém não neste, mas em outro plano. Isto nos será importante quando, em momento oportuno, compararmos os parâmetros de inclusão social utilizados pelo judaísmo e pelo cristianismo.

Nos princípios bíblicos acerca das condições sanitárias, a lei diz que normas de limpeza e de quarentena devem ser observadas, com vistas provavelmente à manutenção da sobrevivência da comunidade⁴⁰ e nisto encontra-se o paradoxo de que o que até então havia sido feito para preservar a pureza do indivíduo e assim mantê-lo incluso no contexto comunitário e da aliança, acabará em algumas ocasiões por alijá-lo do convívio geral, mesmo a

³⁷ Cf. Briend, 1994, p. 69-70.

³⁸ Idem, p. 70.

³⁹ Cf. Cherry, 2001, p. 30-31. Retomaremos este ponto no terceiro capítulo de nossa tese, quando formos discutir a questão da inclusão-exclusão social decorrentes de uma legitimação pelo campo do sagrado.

⁴⁰ Idem, p. 34-35.

despeito de todas as tentativas de resgate de sua pureza, como poderemos ver no estudo particularizado dos capítulos 13 e 14 do Levítico.

Depreende-se, de todo o exposto, que o novo tratado de leis era bastante amplo, como já dito anteriormente, e não implicava na instituição de uma nova religião. Pelo contrário, apenas visava reforçar a religião pré-exílica em favor da disciplina e da ordem no pós-exílio. O domínio dos ânimos mais exaltados e a recuperação da auto-estima daquele povo fazia-se urgente e somente mediante a “palavra de Deus” poderiam ter sido conseguidos. Daí, mesmo que configurando-se como leis aparentemente de ordem humana, revestiam-se da autoridade divina e eram tidas e praticadas como leis de santidade.

Como tais, não se constituíam em leis estatais e não tinham poder de interferência no poder do estado e nem representavam ameaça à sua manutenção. Estas leis eram sagradas e até melhoravam as relações entre os sacerdotes e o estado, pois disciplinavam o comportamento moral e ético da comunidade judaica, além de evitar a prática dos cultos pagãos, até então tolerados.

Todo sofrimento anterior ao retorno à pátria era explicado como castigo de Javé a um povo que havia transgredido tais leis, e isto fazia com que o seu cumprimento doravante pudesse ser mais fiel. A religião pelo temor da “ira de Deus”, ou seja, da teologia da retribuição vista no “olho por olho e dente por dente” fica, neste sentido, claramente explicitada. Dentro deste contexto, o papel principal ficava a cargo dos sacerdotes e voltava com imensa força o culto aos sábados, a prática da circuncisão, do pagamento do dízimo e da pureza ritual. Mas mesmo assim, não foi grande o êxito na consecução da fidelidade daquele povo, havendo muita negligência e, conseqüentemente, muita cobrança neste sentido.⁴¹

O livro da Lei trazido por Esdras da Babilônia e que, segundo Briend⁴², é reconhecido como um primeiro estado do Deuteronômio, foi adotado com veemência e autoridade embasada inclusive na corte persa, através de solene aliança. A lei passou então progressivamente a assumir papel de maior importância, organizando a comunidade e não apenas regulando os assuntos já determinados pela antiga lei. O judaísmo assumia, com a instituição definitiva de uma lei escrita o seu caráter distintivo e essencial. O fenômeno do judaísmo solidificou a fé.

A lei judaica era o elo de união e organização social e religiosa daquele povo, tal como ocorrera com o Deuteronômio no reino de Judá, sob

⁴¹ Cf. Bright, 1980, p. 497-499.

⁴² Cf. Briend, 1994, p. 67-68. Conforme citado anteriormente, Donner considera que tal livro referia-se ao Pentateuco.

Josias. Esta nova redação da lei, sob Esdras, tinha como objetivo constituir a nova comunidade e possuía caráter soberano. Para tanto, necessitou-se determinar o cânon das Escrituras que fosse capaz de dominar toda aquela população e, nesse sentido, o Pentateuco completo incluía-se como um dos principais conjuntos de leis. Juntaram-se a este grupo de escrituras canônicas os livros de Josué, Reis e o próprio Deuteronômio.⁴³

Ato comum nesta época era a adoção de pseudoepígrafes, ou seja, da proclamação de profecias, citadas como tendo sido proferidas por grandes profetas do passado. Então, como encontrava-se encerrada a liberdade de profetização, restava apenas o uso deste artifício, conforme nos mostra 1Mc 3,48; 4,46; 9,27 e 14,41.

Não mais existia um culto rigoroso e oficial, bem como não era o santuário um local exclusivo para o culto do povo de Israel, nos moldes do que existia antigamente. A comunidade judaica em fase de restauração havia se apoderado da tradição oral e a adaptado às novas necessidades. A lembrança do castigo que representava o exílio movia os que retornavam à antiga pátria e os mantinha na aceitação e cumprimento reto daquela releitura da lei.

1.9 – A manutenção do poder sacerdotal

Havia uma determinação hierárquica e a transmissão do sacerdócio se dava por hereditariedade.⁴⁴ O sumo sacerdote presidia os cultos e descendia da Casa de Sadoc, a qual provinha dos tempos pré-exílicos, sendo da linhagem direta de Abraão, através de Eliazar e Finéias (1Cr 6,1-15). Crê-se que esta e outras genealogias sejam meras alegorizações, usadas com fins de uma legitimação requerida pela lei. Esdras e Neemias mostram esta exigência em algumas de suas passagens, contando-nos inclusive acerca de alguns sacerdotes barrados no exercício da profissão, justamente por não poderem provar tal descendência.⁴⁵

Ne 10 nos traz uma lista hierárquica onde se vê desde os sacerdotes até os chefes do povo e o próprio povo, inclusive um clero menor formado por pretensos descendentes de Levi, embora nem todos o fossem. Levita pode ser

⁴³ Recomendamos Nakanose, 2000. Sob o ponto de vista deste autor, tais escrituras teriam nascido como fruto de experiência da escravidão, pobreza, miséria e sofrimento impostos pelo Êxodo (Dt 24, 18.22). Daí surgem, não só a libertação do povo, como também as leis implícitas na aliança de Deus com essa gente sofrida (Ex 19, 1-25). É através da obra deuteronômica que aparece esse contexto de inclusão (Dt 15,1-18).

⁴⁴ Cf. Cimosá, 1984, p. 20-21.

⁴⁵ Cf. Bright, 1980, p. 593-594. Este autor chega a falar da quebra de um monopólio sacerdotal, uma vez que, segundo ele, “qualquer pessoa versada na lei podia ensiná-la” (cf. p. 594-595).

entendido por “aquele que é obrigado por votos”, e assim sendo, qualquer um dedicado a Javé podia tornar-se levita, desde que aceito e reconhecido como tal pela comunidade. Havia ainda outros componentes desta hierarquia, tais como os cantores de coro, porteiros e serventes. Tudo isto se mantinha pelo dízimo e pelos presentes, além da taxa anual para o templo.

1.10 – Ensinaamentos, cultos e ritos no contexto do Levítico

Os cultos eram atos de extrema seriedade e onde a lei se fazia observar com rigor. No entanto, o judaísmo baseava-se não no culto, mas sim no poder desta lei que prescrevia as práticas. Traduzindo, o culto era um cumprimento das exigências da lei.⁴⁶

Os sacerdotes eram os “ensinadores da lei”, apesar de que uma pessoa versada na lei também podia ensiná-la e isto tirava bastante do poder sacerdotal. A lei escrita não necessitava da legitimação dos sacerdotes, perdendo estes a importância que até então tinham, sendo ofuscados pelos “doutores da lei”. Passaram então a existir, por necessidade de interpretação correta das leis escritas, os escribas, que eram estudiosos das leis, transmitindo seus conteúdos aos seus discípulos. E talvez daí tenha também surgido uma canonização das escrituras disponíveis à época. Junto com este melhor entendimento e prática das leis, havia um sentimento de que se deveria levar uma vida honesta, conforme podemos ver no Livro da Sabedoria de Ben Sira, conhecido como Eclesiástico. Há inclusive especulações de que tal livro tenha sido elaborado por uma classe de sábios professores do pós-exílio.⁴⁷

À medida em que a lei ganhava importância, fazia-se necessário que a interpretação e execução da mesma fossem realizadas da maneira mais correta, até mesmo porque o conjunto de leis trazia leis que nem sempre concordavam entre si, daí a grande necessidade destes “doutores da lei” e sábios capazes de dirimir dúvidas e acabar com os impasses que pudessem surgir. Mais importante ainda, tal conjunto de leis deveria ter caráter universal e eterno, segundo concebiam os judeus daquela época, julgando estarem no centro do mundo e serem os detentores da verdadeira palavra de Deus e da verdadeira fé.

Aliás, como entender tão imensa esperança numa pátria tida como abençoada por Deus, mas ao mesmo tempo cheia de desigualdades e misérias humanas, após tanto jugo e domínio por outros povos, senão pela força inabalável desta mesma fé? Somente as Escrituras Sagradas poderiam realizar este papel de oferecer um senso de fidelidade e esperança num futuro

⁴⁶ Cf. Bright, 1980, p. 595-598.

⁴⁷ Idem, p. 597.

promissor. Aí entendemos a força deste conjunto de leis capazes de reger a vida cotidiana daquele povo, impondo-lhes normas acerca das coisas mais rotineiras, bem como das funções mais complexas, da santidade física e moral, da retidão espiritual, da própria pureza do ser.

Neste sentido, encontramos no Levítico, dos capítulos 11 a 15, as leis a respeito da pureza legal, onde se percebe que a obediência à aliança é voltada para a purificação e preparação para a santidade, sob a intercessão dos sacerdotes.⁴⁸

Aqui inclui-se o pensamento do ser voltado integralmente para Deus e disto nasce o conceito de integridade e santidade, uma vez que o que prevalece neste tipo de relação é o poder e a vontade soberana do criador da vida, ou seja, este é o sinal evidente da presença do Santo e da expressão da plenitude da vida.

Então surge, daí, a necessidade de tornar-se também santo como o próprio Deus-criador, como se pode perceber através de Lv 11,44; Lv 20,7 e Ex 31,13.

Para se alcançar tal estado de santidade, deve-se, no entanto, estar limpo e, da mesma forma como a limpeza é a preparação para a santidade, também a pureza deve ser resultado da obediência à lei conduzindo a esta santidade. Mais ainda, como a pureza só deriva de Deus, a presença de Deus deve estar acima de tudo, como proposto pela Aliança.⁴⁹

1.11 – O papel do sacerdote no julgamento da pureza

Neste contexto, os sacerdotes assumem a função de arbitrar sobre os casos de pureza-impureza⁵⁰ (Lv 10,10-15), respeitando-se os preceitos ritualísticos da lei do Levítico, não havendo alusão, em algum momento, a respeito de uma função específica de intervenção ou de cura sobre o motivo da impureza dos indivíduos. Isto pode ser bem percebido nos capítulos 13 e 14, onde se aplicam apenas os rótulos de puro-impuro e verifica-se o retorno ao estado de pureza, coroando-o com ritos de purificação, sem que no entanto sejam prescritos métodos curativos para as causas da impureza.

À época do Levítico, corpo e alma encontravam-se tão integrados que a noção de ser era concebida como sendo a de uma totalidade.⁵¹ Os males do corpo físico configuravam-se como fruto das transgressões da lei de Deus, mantendo-se um estilo de vida não condizente com as determinações das leis

⁴⁸ Cf. Bergant, 1999, p. 10-11.

⁴⁹ Cf. Bergant, 1999, p. 11-12.

⁵⁰ Cf. Ibañez Arana, 1974, p. 10-11.

⁵¹ Vale dizer que a noção de dualidade corpo e alma não existe no judaísmo, sendo a mesma uma concepção grega.

de pureza, através do contato com animais e objetos impuros, bem como com práticas espirituais também impuras.⁵²

Tudo isto requer que se traga à tona o fato de que, perante Deus, a humanidade é uma eterna pecadora, necessitada de buscar a salvação e que, por isso mesmo, surgem tais conceitos de quebra da harmonia do indivíduo e da comunidade, nascendo daí as religiões como mecanismos capazes de responder a estas questões.⁵³ Ser-nos-á necessária uma retomada deste ponto-de-vista no terceiro capítulo de nosso trabalho, quando nos valeremos deste conceito para uma análise da forma como artifícios de inclusão tornam-se capazes de gerar a exclusão.

1.12 – Análise de Levítico 13 e 14⁵⁴

Capítulo 13

“Tahweh falou a Moisés e a Aarão e disse:

Se se formar sobre a pele de um homem um tumor, um dartro ou uma mancha, pode tratar-se de um caso de lepra da pele. Será conduzido a Aarão, o sacerdote, ou a um dos sacerdotes seus filhos. O sacerdote examinará a enfermidade sobre a pele. Se no lugar enfermo o pêlo se tornou branco e a enfermidade se tornou mais profunda na epiderme, é caso de lepra; depois da observação o sacerdote o declarará impuro. Mas se sobre a pele há uma mancha branca, sem depressão visível da pele, e o pêlo não se tornou branco, o sacerdote isolará o enfermo durante sete dias. No sétimo dia o examinará. Se verificar com seus próprios olhos que a enfermidade permanece, sem se alastrar sobre a pele, o isolará durante mais sete dias e o examinará novamente no sétimo dia. Se verificar que a enfermidade se tornou baça e não se desenvolveu sobre a pele, o sacerdote declarará o homem puro, pois trata-se de dartro. Depois de haver lavado as suas vestes, ficará puro.

Contudo, se o dartro se alastrou sobre a pele, depois que o enfermo foi examinado pelo sacerdote e declarado puro, apresentar-se-á de novo ao sacerdote. Depois de o ter examinado e ter constatado o desenvolvimento do dartro sobre a pele, o sacerdote o declarará impuro, trata-se de lepra.

Quando aparecer em um homem uma enfermidade do gênero da lepra, será levado ao sacerdote. O sacerdote o examinará e se constatar sobre a pele um tumor esbranquiçado, pêlos que se tornaram brancos e o aparecimento de uma úlcera, é lepra inveterada sobre a pele. O sacerdote o declarará impuro. Não o isolará, pois que, sem dúvida alguma, está impuro.

Mas se a lepra se alastrar sobre a pele, se a enfermidade a recobrir totalmente e se estender da cabeça aos pés, até onde pode observar o sacerdote, este examinará o enfermo e, verificando que a lepra recobre todo seu corpo, declarará puro o enfermo. Visto que tudo se tornou branco, está puro. Contudo, no dia em que aparecer nele uma úlcera, ficará impuro. Após o exame da úlcera, o sacerdote o declarará impuro: a úlcera é coisa impura, é proveniente da lepra. Mas se a úlcera se tornar branca, o homem procurará o sacerdote, este o examinará e, se verificar que a enfermidade se tornou branca, declarará puro o enfermo: está puro.

Quando alguém tiver na pele uma úlcera de que já foi curado, se se formar no lugar da úlcera um tumor esbranquiçado ou uma mancha branco-avermelhada, esse homem se apresentará ao sacerdote. Este o examinará; se verificar um aprofundamento visível da pele e embranquecimento do pêlo, o sacerdote o

⁵² Cf. Harrison, 1996, p. 110-122; Bergant, 1999, p. 129-130.

⁵³ Cf. Terrin, 1998, p. 149.

⁵⁴ O texto em estudo refere-se ao contido na *Bíblia de Jerusalém*.

declarará impuro: é caso de lepra que se manifesta na úlcera. Se, ao examiná-lo, o sacerdote não constatar pêlos brancos nem aprofundamento da pele, mas um embranquecimento da enfermidade, então isolará o enfermo durante sete dias. Declará-lo-á impuro se a enfermidade se desenvolver sobre a pele: é caso de lepra. Mas se a mancha permanecer estacionária, sem estender-se, é a cicatriz da úlcera; o sacerdote declarará o homem puro.

Quando se der na pele de alguém uma queimadura, se se formar na queimadura um abcesso, uma mancha branco-avermelhada ou esbranquiçada, o sacerdote a examinará. Se constatar que o pêlo se tornou branco ou que houve um aprofundamento visível da mancha na pele, é a lepra que se desenvolve na queimadura. O sacerdote declarará o homem impuro: é caso de lepra. Se, ao contrário, o sacerdote não constatar, em seu exame, pêlos brancos na mancha nem aprofundamento da pele, mas que a mancha se tornou esbranquiçada, o sacerdote o isolará por sete dias. No sétimo dia o examinará e, se a enfermidade se tiver propagado na pele, declará-lo-á impuro: é caso de lepra. Se a mancha permaneceu estacionária, sem se propagar na pele, mas pelo contrário tornou-se pálida, nada mais é do que um tumor da queimadura. O sacerdote declarará o homem puro, pois é cicatriz da queimadura.

Se um homem ou uma mulher apresentar uma chaga na cabeça ou no queixo, o sacerdote examinará a chaga e, se constatar uma depressão visível da pele com pêlo amarelado e fino, declarará o enfermo impuro. É tinha, isto é, lepra da cabeça ou do queixo. Se, ao examinar este caso de tinha, o sacerdote constatar que não há depressão visível da pele, nem pêlo amarelado, isolará por sete dias o tinoso. No sétimo dia examinará a enfermidade e, se constatar que a tinha não se desenvolveu, que o pêlo nela não é amarelado, que não há depressão visível da pele, o enfermo rapará os pêlos, exceto na parte tinososa, e o sacerdote o isolará segunda vez durante sete dias. No sétimo dia examinará a enfermidade e, se constatar que não se desenvolveu sobre a pele, que não há depressão visível da pele, o sacerdote declarará puro o enfermo. Depois de ter lavado as suas vestes, ficará puro. Contudo, se após a purificação a tinha se desenvolver sobre a pele, o sacerdote o examinará: se constatar um desenvolvimento da tinha sobre a pele, é porque o enfermo está impuro, e não se verificará se o pêlo está amarelado. Mas se a tinha parece estacionária e o pêlo preto cresceu nela, é porque a enfermidade está curada. O enfermo está puro e o sacerdote o declarará puro.

Se surgirem manchas sobre a pele de um homem ou de uma mulher e se estas manchas forem brancas, o sacerdote as examinará. Se verificar que estas manchas sobre a pele são de um branco-embaciado, trata-se de exantema que se desenvolveu sobre a pele: o enfermo está puro.

Se um homem perde os cabelos da cabeça, trata-se de calvície da cabeça e está puro. . Se é na parte da frente da cabeça que perde os cabelos, trata-se de calvície da frente e está puro. Mas se houver na cabeça ou na parte da frente uma enfermidade branco-avermelhada, é uma lepra que se desenvolveu na cabeça ou na frente de tal homem. O sacerdote o examinará e, se constatar na cabeça ou na frente um tumor branco-avermelhado, com o mesmo aspecto da lepra da pele, então o homem está leproso; é impuro. O sacerdote deverá declará-lo impuro, pois está enfermo de lepra na cabeça.

O leproso portador desta enfermidade trará suas vestes rasgadas e seus cabelos desganhados; cobrirá o bigode e clamará: “Impuro! Impuro!” Enquanto durar a sua enfermidade, ficará impuro e, estando impuro, morará à parte: sua habitação será fora do acampamento.

Quando em uma veste houver lepra, seja ela uma veste de lã ou de linho, um tecido ou uma cobertura de lã ou de linho, de couro ou uma peça qualquer de couro, e se a mancha da veste, ou do couro, ou do tecido, ou da cobertura ou do objeto de couro for esverdeada ou avermelhada, é caso de lepra e deve-se mostrar ao sacerdote. O sacerdote examinará a enfermidade e isolará o objeto durante sete dias. No sétimo dia, se observar que a enfermidade se desenvolveu sobre a veste, o tecido, a cobertura, o couro ou o objeto feito de couro, qualquer que seja, é caso de lepra contagiosa: o objeto atacado está impuro. Queimar-se-á a veste, o tecido, a cobertura de lã ou de linho, o objeto de couro, qualquer que seja, sobre o qual se apresentou a enfermidade, pois que é lepra contagiosa que deve ser destruída pelo fogo.

Contudo se, ao examinar, o sacerdote verificar que a enfermidade não se desenvolveu sobre a veste, o tecido, a cobertura, ou sobre o objeto de couro, qualquer que seja, então determinará que se lave o objeto atingido e o isolará segunda vez, durante sete dias. Após a lavagem, examinará a enfermidade e, se verificar que não mudou de aspecto, nem se desenvolveu, o objeto está impuro. Queimá-lo-ás no fogo: há corrosão no direito e no avesso.

Mas se, ao examinar, o sacerdote verificar que após a lavagem a enfermidade ficou embaçada, então a rasgará da veste, do couro, do tecido ou da cobertura. Contudo, se a enfermidade se propagar sobre a veste, o tecido, a cobertura ou o objeto de couro, qualquer que seja, é porque a enfermidade está ativa, e então queimará no fogo aquilo que foi por ela atacado. A veste, o tecido, a cobertura e qualquer objeto de couro do qual desapareceu a enfermidade após a lavagem ficará puro depois de lavado uma segunda vez.

Essa é a lei para o caso de lepra na veste de lã ou de linho, no tecido, na coberta ou no objeto de couro, qualquer que seja, quando se trata de declará-los puros ou impuros.”

Capítulo 14

“Iahweh falou a Moisés e disse:

Esta é a lei a ser aplicada ao leproso no dia de sua purificação. Será conduzido ao sacerdote, e o sacerdote sairá fora do acampamento. Se verificar, após exame, que o leproso está curado da sua lepra, determinará que se tome para o homem a ser purificado duas aves vivas e puras, madeira de cedro, lã escarlate e hissopo. E ordenará, em seguida, que se imole uma ave em um vaso de argila, sobre águas correntes. Tomará a ave viva, a madeira de cedro, a lã escarlate, o hissopo e mergulhará tudo (inclusive a ave viva) no sangue da ave imolada sobre a água corrente. Fará então sete aspersões sobre o homem a ser purificado da lepra e, tendo-o declarado puro, deixará que voe para o campo a ave viva. Aquele que se purifica lavará suas vestes, reparará todos os pêlos, lavar-se-á com água e ficará puro. Depois disso entrará no acampamento, mas permanecerá sete dias fora da sua tenda. No sétimo dia reparará todos os pêlos: cabelos, barba, sobrancelhas; deverá reparar todos os pêlos. Depois de ter lavado as suas vestes e de se ter banhado com água, ficará puro.

No oitavo dia tomará dois cordeiros sem defeito, uma cordeira sem defeito, e três décimos de flor de farinha amassada com azeite, para a oblação, e um quartilho de azeite. O sacerdote que realiza a purificação colocará o homem a ser purificado, juntamente com as suas oferendas, à entrada da Tenda da Reunião, diante de Iahweh. Em seguida tomará um dos cordeiros e o oferecerá em sacrifício de reparação, juntamente com o quartilho de azeite. Fará com eles o gesto de apresentação diante de Iahweh. Imolará o cordeiro no lugar santo, onde se imolam as vítimas do sacrifício pelo pecado e do holocausto. Esta vítima de reparação pertencerá ao sacerdote como um sacrifício pelo pecado, pois é coisa santíssima. Tomará o sacerdote do sangue do sacrifício e o porá sobre o lóbulo da orelha esquerda daquele que se purifica, sobre o polegar da sua mão direita e sobre o polegar do seu pé direito. Tomará em seguida o quartilho de azeite e derramará um pouco na palma da sua mão esquerda. Molhará o dedo da mão direita no azeite que está na palma da sua mão esquerda, e com este azeite fará com o dedo sete aspersões diante de Iahweh. Em seguida, porá um pouco do azeite que lhe resta na palma da mão sobre o lóbulo da orelha direita daquele que se purifica, sobre o polegar da mão direita e sobre o polegar do pé direito, em cima do sangue do sacrifício de reparação. A parte restante do azeite que tem na palma da mão, pô-lo-á na cabeça daquele que se purifica. Assim terá feito sobre ele o rito de expiação diante de Iahweh.

O sacerdote fará então o sacrifício pelo pecado, e realizará sobre aquele que se purifica o rito de expiação de sua impureza. Depois disso, imolará o holocausto e oferecerá no o holocausto e a oblação. Tendo o sacerdote assim realizado sobre este homem o rito de expiação, ele ficará puro.

Se for pobre e desprovido de recursos suficientes, tomará um só cordeiro, o do sacrifício de reparação, e o oferecerá conforme o gesto de apresentação, a fim de realizar pelo homem o rito de expiação. Tomará apenas um décimo de flor de farinha amassada com azeite, para oblação, e o quartilho de azeite, duas rolas ou dois pombinhos – segundo suas possibilidades –, dos quais um será destinado ao sacrifício pelo pecado e o outro ao holocausto. No oitavo dia, para sua purificação, ele os trará ao sacerdote, à entrada da Tenda de Reunião, diante de Iahweh. O sacerdote tomará o cordeiro do sacrifício de reparação e o quartilho de azeite. Oferecê-los-á com o gesto de apresentação diante de Iahweh. Depois, tendo imolado o cordeiro do sacrifício de reparação, tomará do seu sangue e o colocará sobre o lóbulo da orelha direita daquele que se purifica, sobre o polegar da sua mão direita e sobre o polegar do seu pé direito. Derramará do azeite na palma da sua mão esquerda e, com este azeite que está na palma da mão esquerda, fará com o seu dedo sete aspersões diante de Iahweh. Pô-lo-á sobre o lóbulo da orelha direita daquele que se purifica, sobre o polegar da sua mão direita, sobre o polegar do seu pé direito, no lugar onde foi posto o sangue do sacrifício de reparação. A parte restante do azeite que está na palma da sua mão, colocá-la-á na cabeça daquele que se purifica, fazendo por ele o rito da expiação diante de Iahweh. Com uma das rolas ou com um dos pombinhos – com aquilo que está nas suas possibilidades – fará um sacrifício pelo pecado e, com o outro, um holocausto acompanhado de oblação – com aquilo que teve possibilidade de oferecer. O sacerdote terá feito assim o rito de expiação diante de Iahweh, sobre aquele que se purifica.

Essa é a lei referente ao leproso que não tem o recurso devido à sua purificação.

Iahweh falou a Moisés e a Aarão e disse:

Quando tiverdes entrado na terra de Canaã, que vos dou por possessão, e eu ferir de lepra uma casa da terra que possuíres, o seu proprietário avisará o sacerdote e dirá: “Parece-me que há algo como lepra na

casa.” O sacerdote ordenará que desocupem a casa, antes de vir examinar a enfermidade; assim ninguém se tornará impuro com aquilo que lá se encontra. Depois disso o sacerdote virá observar a casa e se, depois do exame, constatar nas paredes da casa cavidades esverdeadas ou avermelhadas encravadas na parede, sairá o sacerdote da casa e, à porta, a fará fechar por sete dias. Voltará ao sétimo dia e se, após o exame, constatar que a enfermidade se desenvolveu nas paredes da casa, ordenará que se retirem as pedras atacadas pela enfermidade e que sejam atiradas fora da cidade, em um lugar impuro. Depois fará raspar todas as paredes internas da casa e se jogará o pó raspado em um lugar impuro, fora da cidade. Tomar-se-ão outras pedras para substituir as primeiras e outra argamassa para rebocar a casa.

Se a enfermidade se propagar de novo após a mudança das pedras, a raspagem e a rebocadura da casa, o sacerdote virá examiná-la; se constatar que a enfermidade se desenvolveu, há lepra contagiosa na casa; está impura. A casa será demolida e serão transportados para um lugar impuro, fora da cidade, as suas pedras, suas madeiras e todo o seu reboco.

Todo aquele que entrar na casa, durante o tempo em que permanecer fechada, ficará impuro até à tarde. Todo aquele que dormir nela deverá lavar suas vestes. E quem nela comer deverá lavar as suas vestes. Mas se o sacerdote, quando vier examinar a enfermidade, constatar que ela não progrediu na casa, depois que foi rebocada, declarará a casa pura, visto que a enfermidade está curada.

Para o sacrifício pelo pecado da casa, tomará duas aves, madeira de cedro, lã escarlate e hissopo. Imolará uma das aves em um vaso de argila sobre água corrente. Em seguida tomará a madeira de cedro, o hissopo, a lã escarlate e a ave ainda viva, e os mergulhará no sangue da ave imolada e na água corrente. Fará sete aspersões sobre a casa e, depois de ter feito o sacrifício pelo pecado da casa com o sangue da ave, a água corrente, a ave viva, a madeira de cedro, o hissopo e a lã escarlate, soltará a ave viva fora da cidade, no campo. Feito assim o rito de expiação pela casa, ela ficará pura.

Essa é a lei referente a todos os casos de lepra e de tinha, lepra das vestes e das casas, tumores, dartros e manchas. Ela estabelece o tempo de impureza e da pureza.

Essa é, pois, a lei da lepra.”

Passemos então, doravante, a analisar os capítulos 13 e 14 do livro do Levítico. Este conjunto de textos fala sobre um grupo de doenças capazes de afetar a pele mas, como se pertencessem a este mesmo grupo, são também citadas condições determinantes de alterações de roupas e casas. Não só serão arrolados tais problemas – inflamações, furúnculos, manchas, queimaduras e chagas na pele; chagas na barba e perda dos cabelos; infiltrações e mofos em paredes de casas; manchas, chagas e mofos em tecidos – como igualmente serão listadas as formas de se proceder tais diagnósticos, as determinações de quarentena, os reexames, os procedimentos diante da doença, os rituais de purificação e, por fim, a exclusão dos impuros que não foram possíveis de serem recuperados.

Como já tentamos demonstrar anteriormente, as preocupações do Levítico tinham caráter inclusivo, apesar de que, paradoxalmente, percebe-se este processo final de exclusão do indivíduo em relação ao seu convívio social e à sua pertença ao âmbito divino, na contramão de uma lógica sacerdotal. Importante frisar que tal exclusão não se processa à revelia, sendo nitidamente tentada uma saída legal para a mesma. As quarentenas, os reexames e os rituais de purificação atestam isto (Lv 13,4-6.8.21.26-27.31.33-34.50-51.54 e 55).

Outro fato importante é a evidenciação dos estratos sociais vigentes à época, tendo-se em vista uma diferenciação relativa às ofertas rituais,

prevendo-se custos menores para os considerados impuros de menor poder aquisitivo. A lei se mostra, neste sentido, ao alcance de todos, o que demonstra ainda mais o seu caráter includente (Lv 14,21-31).

Toda esta prescrição legal tem caráter profundamente ético e moral mas, acima disto, relembra-nos constantemente a aliança, pela qual se deve observar uma extrema confiança em Deus, cumprindo-se a lei sob todos os aspectos, devotando-lhe obediência minuciosa. Esta é a marca maior da identidade dos judeus, provando-nos a imensa fidelidade daquele povo, se não mesmo a intensidade do seu amor para com Deus e suas leis.⁵⁵

O fato de um portador da *tsara'at*⁵⁶ excluir-se a si próprio, após tentadas e falhadas todas as formas possíveis de purificação, demonstra a que ponto

chegava a referida fidelidade. Um judeu religioso preferia antes morrer do que trair os ditames de suas leis. Aliás, manter-se fiel à lei constituía-se num sacrifício enorme, tendo-se em vista que a tarefa era a de tentar reconstruir não apenas uma comunidade, mas toda uma nação, com sua cultura, religião, política etc. Neste sentido, aqueles judeus lutavam até mesmo contra a inclemência da própria natureza, sofrendo perdas nas colheitas e, portanto, encontrando-se em estado de miséria, com fome e sem roupas (Ag 1,9-11; 2,15-17).

Partindo-se do pressuposto acima, é de se cogitar realmente a possibilidade de ter havido uma verdadeira epidemia de doenças de pele à época⁵⁷. Os capítulos do Levítico, os quais nos propusemos a analisar, dão uma clara evidência de que tais moléstias deveriam representar grande motivo de preocupação, haja vista a dedicação de todo o texto dos mesmos em favor das questões referentes ao diagnóstico, medidas sanitárias, isolamentos e rituais de purificação acerca da lepra.

Storniolo chega a afirmar que era papel do sacerdote o diagnóstico e a medida corretiva adequada à visão médica daquele tempo para as lesões responsáveis pela quebra da pureza de um indivíduo, suas vestes ou até mesmo sua residência.⁵⁸

Entramos, após estas considerações, na questão dos sacrifícios com o intuito de compreendermos seus mecanismos, significados e funções relativos

⁵⁵ Cf. Bright, 1980, p. 598-599.

⁵⁶ Na realidade, preferimos manter inicialmente a palavra *tsara'at*, motivo de abordagem em nosso segundo capítulo, onde será explicada a questão referente ao significado e tradução da mesma.

⁵⁷ Cf. Bergant, 1999, p. 131.

⁵⁸ Cf. Storniolo, 1996, p. 39. Embora Ibañez Arana se refira apenas às funções ritualísticas e à preocupação sacerdotal em arbitrar sobre os casos de impureza, não sendo responsáveis por quaisquer medidas curativas (Cf. Ibañez Arana, 1974, p. 10-13). Seja como for, as doenças de pele configuravam motivo de muita preocupação nacional, cabendo-lhes inclusive leis próprias.

aos rituais de purificação. Aqui vale lembrar que os mesmos se processavam conforme o poder aquisitivo de cada indivíduo, numa espécie de democracia capaz de incluir a todos no contexto grupal, embora, sob o ponto de vista de Jorge Pixley “um deus que legitima a opressão dos camponeses, por mais solene que se apresente seu culto, não é o Deus verdadeiro”.⁵⁹ Este autor nos dá um outro enfoque, ou seja, o do lado pobre daquela sociedade e que por certo apresenta também suas próprias razões sociais, sentindo-se excluído pelas classes mais privilegiadas, sem que no entanto isto afete nossa análise acerca do papel desempenhado pela *tsara’at*, em relação à exclusão-inclusão social a que nos reportaremos.

Segundo Cimosá⁶⁰, os sacrifícios possuíam significado profundamente teológico e representavam prática das mais antigas dentro da visão bíblica, remontando ao Gn 4, quando Abel oferecia a Deus as melhores partes de seus cordeiros; ou quando, ao fim do dilúvio, Noé oferece também a Deus um sacrifício de pássaros e de animais (Gn 8,20); ou até mesmo no momento da aliança entre Deus e Abraão (Gn 15,9-10). No entanto, é no livro do Levítico que se darão por conhecidos os significados básicos dos sacrifícios.⁶¹

A palavra sacrifício é apresentada sob o termo “qorban”, derivado da raiz hebraica “qarab”, a qual, por sua vez, é uma forma verbal causativa que significa “aproximar-se”, mas com a intenção de expressar oferenda, oferecimento, oferta. Daí deduz-se que sacrifício deve remeter-nos à compreensão de um ofertório destinado a Deus, devotando-lhe algo que pertencia ao homem, tendo este aberto mão de uma melhor parte de suas posses em favor de Deus.⁶² Mais amplo ainda, é o próprio Deus quem dita as normas para tal ato, concedendo esta aproximação e permitindo o restabelecimento de uma paz quebrada por meio de uma transgressão. Na realidade, assim procedendo, o homem nada mais faz do que ofertar a Deus aquilo que Dele mesmo provém e que ao homem foi tão somente colocado à disposição.

Entra então em cena uma outra e nova visão capaz de promover a inclusão do ser humano no contexto global. As leis de sacrifício, vistas no livro do Levítico, não são exclusividade de uma minoria privilegiada mas fazem parte da Bíblia, a qual pertence a todos, implicando em deveres e direitos de toda comunidade israelita. Deus, assim, é o deus de todos e para todos. A Ele todos devem obediência e a Ele deve ser pedido o perdão pelas faltas cometidas, mesmo que acidentais. O sangue dos animais ofertados em

⁵⁹ Cf. Pixley, 1999, p. 10.

⁶⁰ Cf. Cimosá, 1984, p. 15-20.

⁶¹ Cf. Pereira, 1996, p. 139-145.

⁶² Cf. Cimosá, 1984, p. 16.

sacrifício não cancelavam o pecado, mas sim o arrependimento sincero e o pedido de perdão dirigido a Deus.⁶³

O sangue derramado nos sacrifícios dirigidos a Deus representa a purificação e era então usado para afastar a impureza, preparando cada indivíduo, no contexto da Torá, para o recebimento da palavra do Senhor, ou ainda, para o recebimento do espírito, o qual penetrava nas pessoas através de suas extremidades,⁶⁴ donde vemos que tal informação confere com os ritos de purificação vistos quando se aplicava o sangue da vítima, imolada em holocausto, nos lóbulos da orelha direita, no polegar da mão direita e no hálux do pé direito, conforme se pode conferir, por exemplo, em Lv 14,14.⁶⁵

Ao terceiro capítulo de nossa dissertação, por certo retomaremos estes pontos de discussão quando nos reportarmos mais aprofundadamente acerca da exclusão social advinda do cumprimento das leis do Levítico, mesmo a despeito de as mesmas possuírem originalmente um caráter inclusivo. Portanto, desde já, reconhecemos a não intencionalidade de tal comportamento de exclusão.

1.13 – Análise exegetica

Ainda, analisando os capítulos 13 e 14 do Levítico, pareceu-nos tratar de um material literário confiável quanto ao seu conteúdo textual, haja vista não terem sido percebidas significativas discordâncias, de sentido nem de caráter, entre as diversas variantes encontradas num estudo comparativo entre as traduções consultadas, quais sejam a Septuaginta, o Pentateuco Samaritano, os orientais, o targum de Jônatas, a versão siríaca e a Vulgata⁶⁶. Não há, portanto, que se confirmar senão a clareza e a concordância entre as diversas traduções, mesmo quando elas compreendem variantes que, por si só, não representam motivo de polêmica. Daí optarmos pela adoção do texto como sendo digno de confiança.⁶⁷

O texto em questão apresenta-se em estilo narrativo com caráter eminentemente legislativo, o que se faz reforçar pela intensidade de repetição de vocábulos e de construções literárias, chegando mesmo a configurar-se de

⁶³ Cf. Cimoso, 1984, p. 17.

⁶⁴ Cf. Bergant, 1999, p. 132.

⁶⁵ Cf. Pereira, 1996, p. 140-141, acerca do significado do sangue nos ritos sacrificiais. Após estas considerações, vale lembrar o ato de Cristo, o qual ofereceu-se a si próprio em sacrifício pelos pecados da humanidade, assumindo desta forma o arrependimento devido por todos, pelo seu sangue derramado na cruz. Outros exemplos iguais a este podem ser vistos em Gn 4;8,20; 15; Lv 1,7; 16,17; Hb 10,4; 9,11-12; 10,12. Ainda mais, tal atitude reforça o que foi ensinado como sendo o “dia do perdão”, ou *yom kippur*, visto em Lv 16.

⁶⁶ Cf. Bíblia Hebraica.

⁶⁷ Como já explicitado anteriormente, o texto de Lv 13 e 14, em estudo, refere-se à *Bíblia de Jerusalém*.

extrema monotonia. Não há nele a menor preocupação com a beleza textual, primando-se tão somente pela clareza e fixação de normas em relação à *tsara'at*, seu contágio e sua profilaxia.

Os vocábulos utilizados são, em geral, de fácil compreensão, uma vez que a elaboração do texto destina-se ao esclarecimento de normas sanitárias para uma população em geral, dirimindo-lhe as dúvidas acerca da *tsara'at*. Trata-se, portanto, de uma narrativa construída sobre as bases de uma linguagem jurídica, através de termos precisos e técnicos.

Encerrando, Briend⁶⁸ comenta que:

“para se determinar a data em que foi escrita essa compilação, podem ser tomados como pontos de comparação os oráculos do profeta Ezequiel, sacerdote de Jerusalém, exilado na Babilônia em 597, onde o mesmo se refere à lei de santidade (comparar Ez 18,6 com Lv 18,19 e Ez 22,11 com Lv 20,12, p. ex.) Não poucos indícios sugerem que a lei de santidade foi compilada paralelamente a essa outra compilação que é o Deuteronômio; a favor disso está a estrutura idêntica dos dois códigos.”

Para o povo hebreu, o alcance da integração comunitária, proposta pela aliança com Deus, era uma aspiração contínua, fazendo-lhe parte da rotina diária. Neste sentido, vemos freqüentemente desfilarem pelos textos bíblicos rituais de purificação e leis que o conduziam a este propósito, através de cerimônias que visavam oferecer “diretrizes pormenorizadas para o benefício da comunidade”⁶⁹. O corpo e os bens materiais incorporavam-se ritualmente às práticas religiosas e estes obedeciam os ditames da sabedoria divina ditados diretamente por Deus a Moisés.

No entanto, parece ter havido realmente uma influência muito grande da cultura babilônica sobre estas comunidades de levitas, uma vez que se encontram relatos históricos⁷⁰ a esse respeito durante o cativeiro a que foram submetidas, antes de encontrarem-se buscando reestruturar-se após tal exílio. Um dos motivos pelos quais se procurava determinar o que era puro ou impuro era buscar fugir de semelhanças com os rituais pagãos daquela nação que os submetera à escravidão; por outro lado, restrições dietéticas sempre distinguiram as pessoas religiosas como tais, colocando-as como uma categoria especial, testemunhando sua fé pelo sacrifício da abstinência e elevando-as à distinção de povo de Deus.⁷¹ Mesmo que não houvesse lógica nestas condutas, como no caso das restrições dietéticas a que se submetiam (Ex 13,3-10; 29,31-35; Nm 28,16-25; Lv 16,29; 23,5-8; Dt 16,1-8; por

⁶⁸ Cf. Briend, 1994, p. 68.

⁶⁹ Cf. Harrison, 1996, p. 109.

⁷⁰ Cf. Harrison, 1996; Collin e Lenhardt, 1994; Fohrer, 1982; Metzger, 1984; Renckens, 1969; Schwantes, 1982 e 1987.

⁷¹ Cf. Weber, 1991; Bourdieu, 1974.

exemplo), o que se sublimava era a questão da fé, uma vez que o jejum, por exemplo, sempre foi tido como bem aceito por Deus.

Não devemos minimizar as intenções higieno-sanitárias das medidas previstas na lei sacerdotal prescrita no Levítico, mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de interpretá-las em paralelismo com as intenções de culto pela fé. Lógico que doenças de provável característica infecto-contagiosa devem merecer toda atenção no que diz respeito à sua profilaxia, mas o que sobressai, para os indivíduos envolvidos com a questão, à época, é o aspecto da pureza e santidade pessoal, alicerçada na palavra de Deus, recebida por Moisés.

Parece-nos importante lembrar que as práticas sacerdotais em relação aos cuidados com a lepra, por exemplo, não eram de cunho estritamente médico, uma vez que não vemos prescrições medicamentosas ou outras condutas terapêuticas, mas apenas isolamento dos doentes, ou suspeitos, e rituais de purificação após os pretensos casos de cura, com vistas à pureza diante de Deus. Havia então, conforme a visão de integralidade corpo-espírito, dentro do contexto do Levítico, a noção de que um indivíduo impuro não era digno de permanecer no convívio de uma comunidade devotada a Deus, enquanto escolhida por Ele como “povo santo”.

A figura do sacerdote encontrava-se no nível máximo da hierarquia terrena, colocando-o como a ponte mais fiel e autorizada entre o cidadão comum e o Deus único dos hebreus. Tudo isto envolve-se de rico simbolismo e os rituais nada mais eram do que a complementação de todo este sistema de prática religiosa. Não era o próprio Deus quem julgava os indivíduos quanto ao seu grau de pureza, mas sim os sacerdotes, investidos de uma suposta autoridade advinda deste mesmo Deus. A aliança entre Deus e aquele povo, através de Moisés, necessitava ser colocada em prática e respeitada em seus mínimos detalhes, sob pena de maldições e sofrimentos. O temor do castigo impedia a contestação e sustentava a legitimação de leis coerentes com a realidade da época.

Quanto ao estudo mais pormenorizado acerca da lepra nos capítulos 13 e 14 do Levítico, dedicaremos a ele todo o segundo capítulo de nossa tese, utilizando-nos, porém, das informações até agora citadas, sobretudo no que diz respeito à legitimação das leis de santidade pelo poder do sagrado, bem como do caráter social de inclusão-exclusão decorrentes de tais normas.

Capítulo II

ACERCA DA LEPROSA

Neste capítulo serão abordadas as condições rotuladas como “lepra”, tanto no contexto do Antigo Testamento, e em especial do Levítico, quanto no Novo Testamento, bem como na visão da medicina moderna. Isto nos permitirá traçar um paralelo comparativo, o qual, por sua vez, nos será útil na compreensão futura de questões referentes ao processo social de inclusão-exclusão decorrentes do acometimento de indivíduos por tais moléstias, sobretudo aquele legitimado pelo poder do sagrado.⁷²

2.1 – A “lepra” no antigo Israel e comunidades afins

A “lepra” é tratada em capítulos especiais do Levítico – 13 e 14 -, sendo muito estreita a relação entre ela e a noção de religiosidade vigente à época, como já pudemos constatar através dos relatos do capítulo anterior de nossa dissertação.

O primeiro relato de lesões de pele, possíveis de serem relacionadas à lepra no AT, aparece em Ex 9,8-12, quando Deus ordena a Moisés e a Aarão que, através de um ritual, espalhem uma praga de tumores e úlceras sobre homens e animais por todo Egito, como forma de punição a um faraó que não os havia ouvido em suas súplicas de libertação do povo de Israel, até então mantido em cativeiro.⁷³

Este nosso primeiro contato com uma forma de *tsara'at*⁷⁴, já nos dá uma noção da correlação entre este tipo de doença e um ato de punição divina a algum pecado humano dentro do contexto bíblico. No decorrer de nosso trabalho exploraremos ainda mais esta hipótese.

Segundo Harrison⁷⁵, as doenças a serem designadas sob o termo de “lepra”, têm longa história e supostamente já haviam sido evidenciadas na Índia e China cerca de 4.000 a.C., na Mesopotâmia cerca de 3.000 a.C. e pelo

⁷² Consideramos muito importante a leitura de Pereira, 1996.

⁷³ Em nota de rodapé explicativa de Ex 9,8-12, constante da Bíblia Stuttgartensia, fica claro que tal relato de praga de úlceras de pele pertence a uma mesma fonte sacerdotal (fonte P), sendo portanto versículos contemporâneos aos do Lv 13 e 14. Isto nos leva ao cuidado de não aceitarmos relatos cronológicos como acontecidos em momentos históricos diferentes.

⁷⁴ Segundo o Dicionário Internacional de Teologia do AT (Harris, 1998, p. 1307-1308), *tsara'at* refere-se a uma ampla gama de afecções de pele, não querendo mesmo significar lepra, tal como a conhecemos na atualidade.

⁷⁵ Cf. Harrison, 1996, p. 125-128.

menos um exemplar de “lepra” foi demonstrado em uma múmia egípcia. No entanto, a *tsara’at* não parece mesmo querer referir-se à “lepra” tal como a conhecemos na modernidade e a qual estudaremos em tópico próprio, sob a denominação de hanseníase.⁷⁶

Usando-se um outro termo (*pārah I*, significando “erupção de lepra”), descrevem-se doenças como “lepra” ou úlceras – Ex 9,9-10. *Pārah II* irá ocorrer apenas em Lev 13 e 14. É, no entanto, questionável se devemos ou não fazer diferença entre os termos empregados em Êxodo e Levítico.⁷⁷

O termo hebraico *tāme’* é utilizado para “ser (ficar) impuro, imundo”⁷⁸ e dele derivam-se diversos outros com o mesmo significado, tendo inclusive cognatos do aramaico, do judeu e do árabe egípcio (lama de aluvião, transbordar). A LXX traduz estes termos por *akathartos*, *akatharsia* e *miainō*, que significam, respectivamente, impuro, impureza, contaminar.⁷⁹

Essa noção de impureza, por sua vez, estava estreitamente ligada às relações sacerdotais, pelas quais os sacerdotes detinham o poder de decisão sobre o quê, ou quem, seria considerado impuro; e cerimoniais onde, através de rituais, se definiam as condutas de purificação em relação àqueles que recobravam a pureza.

Até o momento, temos então três palavras hebraicas capazes de designar erupções de pele – *tsara’at*, *pārah I* e *pārah II* – no entanto, nenhuma delas é citada como sendo uma forma específica de “lepra”. Todos os termos referidos são genéricos e chegam a confundir-se com *tāme’*, dando-nos o entendimento de condições capazes de macular o estado de pureza física de um indivíduo ou de um objeto, através de provável transgressão a uma lei de pureza espiritual.

Furúnculos, exantemas, tíneas, impetigo, sífilis, psoríase, tudo se enquadra como “lepra” no contexto do Lv 13 e 14. Tais doenças eram cerimonial e biologicamente consideradas como altamente contagiosas. A escarlatina e a varíola eram consideradas ainda mais perigosamente contagiosas do que as demais doenças de pele.

As infiltrações, os mofos e as manchas que pudessem afetar roupas e habitações, poderiam inclusive determinar que tais coisas fossem queimadas, no caso das vestes, ou demolidas, no caso das habitações. Tudo isto, seguindo-se critérios sacerdotais de se combater o mal. Lógico, as medidas radicais só se faziam valer após algumas tentativas de correção do problema, através de quarentenas, lavagens, reformas etc.

⁷⁶ Cf. Harris, 1998, p. 1307.

⁷⁷ Idem, p. 1235.

⁷⁸ Cf. Schökel, 1997, p. 259-260.

⁷⁹ Cf. Harris, 1998, p. 570-571.

A morte era considerada como o apogeu da contaminação, sendo portanto isolado o cadáver para que o mal não se propagasse. Somente os parentes mais próximos eram autorizados a manter contato com o morto. Aos sacerdotes proibia-se inclusive o contato com seus próprios pais e mães falecidos sob a suspeita de “lepra”, para que se mantivessem ainda puros (Lv 21,11).

Pouquíssimas personagens do AT são referidas como doentes de “lepra”, entre eles Moisés (Ex 4,6-7), Míriam (Nm 12,10-16), Naamã (2Rs 5,1-14), Geazi (2Rs 5,27), Uzias / Azarias (2Rs 15,5) e os quatro “leprosos” no cerco de Samaria (2Rs 7,3-9). Apenas Uzias e os quatro mereceram exílio e banimento por causa da “lepra”. Conforme podemos constatar através destas passagens citadas, a “lepra” não tinha origem de fontes malignas, impuras ou demoníacas, mas sim divina. Era o próprio Deus, diretamente ou por vezes através de um profeta – Eliseu, por exemplo – o causador do mal.⁸⁰

Neste sentido, Harris nos afirma que, apesar de um “leproso” ser ritualmente considerado impuro, a “lepra” jamais é referida na Bíblia como sendo uma espécie de pecado. Pelo contrário, ela é fruto da vontade de Deus, bem como sua cura procedia da graça de Deus.⁸¹

Ao sacerdote não cabia o papel de médico, mas sim o de intérprete da lei. Ele apenas aplicava as medidas necessárias e ditadas pela lei, não sendo, portanto, desempenhador de nenhuma função terapêutica ou de exorcismo. Os rituais de purificação apenas eram realizados após a cura do doente. Somente à esfera do “homem de Deus” pertencia o poder da cura, nunca ao sacerdote, como podemos ver em Nm 12,10-16, quando Míriam é curada pelo poder da oração de Moisés.⁸²

Inúmeras são as doenças listadas no AT, no entanto, as *tsara’at* configuram-se como as mais freqüentes, incluindo-se aí as mais diversas espécies de doenças de pele. Contrapondo-se às afirmações de Harris, anteriormente citadas, a “lepra” é referida em Nm 12,10 como forma de punição por um pecado; em Dt 24,8-9 e 28,21-27 como maldição de Deus contra aqueles que pecaram contra Iahweh; em 2Rs 5,27 como conseqüência da mentira de Geazi e em 2Cr 26,19 porque Uzias pecou. Mais ainda, surge na forma de epidemias (Lv 26,25; Dt 28,21; 2Sm 24,13), demonstrando até mesmo caráter mortal (Ex 5,3; Jer 14,12; Ez 5,17) ou, como já referimos, foi

⁸⁰ Cf. Harris, 1998, p. 1235.

⁸¹ Idem, p. 1235. No entanto, podemos contra-argumentar que os judeus da comunidade do pós-exílio viam os seus sofrimentos e calamidades como castigo pela violação da lei de Iahweh, sendo esta a visão central do livro do Levítico, como se pode conferir em Bright, 1985, p. 586.

⁸² Cf. Harris, 1998, p. 1236.

provocada por Moisés contra toda uma população egípcia, como forma de punição aos supostos erros de um faraó.⁸³

Zc 14,12 anuncia a “lepra” como uma doença horrível, dizendo: “A sua carne apodrece, enquanto ainda está de pé, os seus olhos apodrecem nas suas cavidades, a sua língua apodrece na sua boca.”

O mais intrigante são os relatos de *tsara’at* acometendo peças de roupas e paredes de edificações, até mesmo com esse poder destruidor descrito por Zacarias. Obviamente parece haver, neste sentido, alguma alteração capaz de gerar oxidação e/ou corrupção do material afetado.⁸⁴ A princípio nem sequer poderíamos encontrar lógica nesta correlação entre doenças cutâneas humanas e comprometimentos de tramas de tecidos para vestuários ou paredes de habitações, mas talvez a compreensão nos fosse possível se analisássemos tal fato sob o prisma da religião onde, legitimando um comportamento, encontrássemos o poder do sagrado sendo utilizado para avalizar um tabu, ou seja, o conceito de puro-impuro constante das tradições levíticas.⁸⁵

Porém, esse conceito de pureza perante Deus e a comunidade não parece mesmo ser algo exclusivo da comunidade hebraica, principalmente quando encontramos relatos da civilização babilônica descrevendo condições similares, ao que chamavam de “*desfavor de um deus*”. Lá também a questão envolvia todo um contexto ritual e sugeria transgressão a leis divinas.⁸⁶ Lógico, isto nos leva a pensar em uma interferência de algumas culturas locais entre si e impede-nos de uma análise mais aprofundada sobre o tema, embora deixe-nos a impressão de que as condições sanitárias precárias da época favorecessem o florescimento de epidemias capazes de mobilizar até mesmo o imaginário popular.

Seja como for, pela frequência dos relatos e, como veremos mais adiante, pela concordância dos textos acerca das *tsara’at*, tais afecções não só representavam perigo concreto como também possuíam forte expressão e importância no cotidiano daquelas pessoas. Este fato, visto por aquelas comunidades sob os domínios do pensamento religioso, envolvia questões de sobrevivência grupal e individual pois, ao regulamentarem normas de inclusão social, acabavam por esbarrar numa condição capaz de destruir o nomos, impelindo-os, nos casos mais graves, à exclusão de membros desta mesma

⁸³ Estes relatos demonstram, como já discutido no capítulo anterior, a vigência da lei de retribuição, característica da interpretação teológica da época.

⁸⁴ Cf. North, 2000, p. 19-21.

⁸⁵ Conforme já pudemos ver de Weber e Bourdieu em análises do capítulo anterior.

⁸⁶ Cf. North, 2000, p. 19-21.

comunidade, sob o pretexto de se constituírem em objetos de impureza perante Deus.⁸⁷

2.2 – A descrição da lepra em Levítico 13

Ainda aqui, nos reportaremos à “lepra” no Levítico através do termo genérico *tsara’at*, o que no terceiro capítulo discutiremos através de um paralelo comparativo, após termos descrito a visão médica histórica e moderna acerca da mesma. Isto se justifica pelo fato de que grandes são as divergências encontradas quando comparamos as *tsara’at* com aquilo que conhecemos por Mal de Hansen ou a lepra tal como a concebemos na atualidade.

O capítulo 13 do Levítico, preocupa-se com a descrição dos sinais de diversas formas de *tsara’at* capazes de afetar seres humanos, incluindo-se, no mesmo contexto, e ao fim do capítulo, condições capazes de comprometer tramas de tecidos usados no vestuário. Talvez o fato mais importante neste, como no capítulo seguinte, seja a legitimação implícita de tais normas e descrições pelo poder do sagrado, quando do encabeçamento dos textos pela palavra de Deus, ditada diretamente a Moisés e Aarão: “*Iahweh falou a Moisés e a Aarão e disse...*”⁸⁸

O texto deste capítulo em estudo é direto, descritivo e legislativo ao mesmo tempo. Nele encontram-se as bases para o diagnóstico deste conjunto de enfermidades cutâneas, as condições em que se justificam os isolamentos – quarentenas, os reexames e a constatação ou não da cura. O mesmo se dirá das vestes afetadas.

Neste sentido, arrolam-se os seguintes sinais:

- **Tumor** (Lv 13,2.10.19.28.43): qualquer aumento de volume desenvolvido numa parte qualquer do corpo; massa formada pela multiplicação das células dum tecido, sem a estrutura dos processos inflamatórios ou parasitários conhecidos;
- **Inflamação** (Lv 13,2): reação protetora localizada em tecidos dos animais e produzida por tipos diferentes de agressão;
- **Chaga** (Lv 13,2.3.5.12.17.22.25.27.29.31-34.42-43): ferida aberta, úlcera; a ferida por ela deixada;
- **cabelo branco no local da lesão** (Lv 13,3-4.20-21.25-26.31): sentido literal;
- **mancha branca na pele** (Lv 13,2.4.19.21.24.38-39): sentido literal;
- **lesão mais funda que a pele sã** (Lv 13,3.20.25.30): sentido literal;
- **progressão aguda da lesão - 7 a 14 dias** – (Lv 13,5-6.21.26.31-34): que se desenvolve com rapidez (medicina);
- **carne viva sobre a lesão** (Lv 13,10.14-16): sentido literal;
- **tumor branco** (Lv 13,10.19): tumor com despigmentação da pele que o envolve (medicina);

⁸⁷Cf. Berger, 1985, p. 42-48.

⁸⁸ Cf. Weber, 1991, p. 284; Berger, 1985, p. 46; Bourdieu, 1974, p. 42.

- **chaga estendida por todo o corpo, da cabeça aos pés** (Lv 13,12): sentido literal;⁸⁹
- **mancha branco-avermelhada sobre uma úlcera já curada ou sobre uma cicatriz de queimadura** (Lv 13,19.24): sentido literal;
- **cabelos finos e amarelados no queixo ou na cabeça** (Lv 13,30.36): sentido literal;
- **chaga branco-avermelhada sobre a calva** (Lv 13,42): sentido literal;
- **recrudescência da lesão** (Lv 13,6-7.14.19.22.27.32.35): tornar-se intensa, reativar-se.

Quanto às vestes, teremos:

- **mancha na veste ou em qualquer tipo de tecido ou pele usada para confecção de vestes** (Lv 13,47-59): sentido literal;
- **mancha esverdeada ou avermelhada** (Lv 13,49): sentido literal;
- **chaga no tecido** (Lv 13,51): corrosão da trama do tecido;
- **lesão que demonstra progressão aguda - 7 a 14 dias** – (Lv 13,50-51.54): que se desenvolve com rapidez, porém termo utilizado apenas para tecidos orgânicos, não sendo portanto comum o seu uso para tecidos de vestuários;
- **tecido com chaga que lhe róí a trama** (Lv 13,51): sentido literal;
- **erupção** (Lv 13,57): qualquer manifestação cutânea e/ou mucosa (medicina);
- **recrudescência da lesão** (Lv 13,57): tornar-se intensa, reativar-se.

Em relação às vestes não se poderia falar em lesões, mas sim em danos aparentes, provavelmente determinados por infiltrações, mofos e manchas produzidas por diversas substâncias químicas. Para maior compreensão, o texto em questão trata da lepra como sendo uma afecção cutânea indefinida, capaz de assumir diferentes aspectos e comportamentos de evolução, havendo diferenças significativas quanto às lesões, mas sobretudo quanto às causas das mesmas. Para tanto, assim teremos, dentro do contexto do Levítico, a seguinte tipificação:

- lepra (Lv 13,2-3.8-9.11.13.15.20.22.25.27.30.42-45);
- chaga de lepra (Lv 13,2.20.25.43);
- lepra inveterada (Lv 13,11);
- lepra sobre úlcera (Lv 13,20);
- lepra sobre cicatriz de queimadura (Lv 13,25);
- tinha, ou lepra da cabeça e do queixo (Lv 13,30-32.35-37);
- chaga da tinha (Lv 13,31);
- lepra na cabeça (Lv 13,40-44).

Quanto às vestes e tecidos, teremos:

⁸⁹ E, contraditoriamente, neste caso, a pessoa é declarada pura porque se tornou completamente branca. Percebe-se aí a importância da cor branca na concepção de pureza daquela comunidade em estudo.

- lepra (Lv 13,47-49);
- lepra roedora (Lv 13,51);
- erupção de lepra (Lv 13,57).

Reforçando a hipótese de não se tratar da mesma lepra como a conhecemos na atualidade, ou seja, a hanseníase, em todo este relato anterior falta a destruição tecidual deformante característica da lepra em sua fase tardia. Mais ainda, o Mal de Hansen, como constataremos em tópico próprio, não se configura como moléstia capaz de afetar tecidos não vivos, como no caso das vestes e, a seguir no capítulo 14, das habitações.

2.3 – Diagnósticos diferenciais em relação à *tsara'at*

O texto do Lv 13 traz-nos ainda um rol de diagnósticos diferenciais, o que demonstra certo conhecimento das ciências médicas⁹⁰. Não fica, porém, muito claro ou evidente quais são os critérios utilizados para tal distinção, sobretudo se levarmos em conta o fator puro-impuro, norteador das ações sacerdotais à época. Por outro lado, só são previstos diagnósticos diferenciais para os casos de contaminação humana, não havendo relatos referentes às vestes e casas.

Como poderemos ver na lista de diagnósticos diferenciais a seguir, torna-se quase impossível a missão de se descobrir que parâmetros eram utilizados para que estas outras doenças não fossem consideradas como condições que afetavam a pureza do ser, enquanto o mesmo não ocorria com as *tsara'at*. Vejamos:

- dartro (Lv 13,6-8);
- chaga branca (Lv 13,17);
- cicatriz de úlcera (Lv 13,23);
- tumor de queimadura (Lv 13,28);
- cicatriz de queimadura (Lv 13,28);

⁹⁰ Seria de se perguntar se este fato não se deveria à convivência com uma cultura diferente, como a babilônica, com a qual conviveram por longos anos? Isto parece ser verdadeiro, levando-se em conta nossos argumentos citados no primeiro capítulo desta dissertação.

- tinha estacionária e com cabelos negros (Lv 13,37);
- mancha branca superficial (Lv 13,39);
- calvície (Lv 13,40-41).

2.4 – Medidas preventivas em relação à *tsara'at*

Outra noção, provavelmente herdada da cultura babilônica, refere-se às medidas preventivas citadas no corpo do Lv 13. Neste sentido, encontramos desde dados de higiene pessoal e ambiental até medidas preventivas de isolamento, chegando ao extremo do banimento do indivíduo afetado para fora do convívio comunitário. Há, assim, medidas coerentes em termos médicos, tais como a preconização de banhos e lavagem das vestes, quarentenas, incineração de roupas e objetos e reformas de habitações; mas, igualmente, outras incompreensíveis dentro de um contexto lógico também são normatizadas. Dentro deste grupo de condutas, podemos ver a indicação de se rasgarem as vestes, de se raspar a barba, exceto no local afetado e a de se cobrir a barba e clamar: *Impuro! Impuro!*

Para podermos compreender a aparente incoerência destas regras, devemos adentrar os domínios da cultura religiosa e retomar a discussão sobre a lei de santidade hebraica, com sua legislação própria em relação à condição de pureza material-espiritual-ritual. Valemo-nos então, e novamente, de Storniolo⁹¹, que nos oferece como hipótese mais plausível a escolha de uma linha divisória entre natureza e cultura, entre profano e sagrado. Em relação às doenças rotuladas como *tsara'at*, o critério é levar-se em conta o que seja potencialmente capaz de gerar a morte, ou de gerar a contaminação pelo contato. Daí incluírem-se neste grupo de doenças causadoras de impureza as condições capazes de afetar vestes e habitações, devido ao seu caráter disseminativo.

Como naquele tempo as causas de tais condições eram naturalmente desconhecidas e, conseqüentemente, tidas como incontroláveis por meios humanos, a linha divisória entre natureza e cultura tornava-se bem distinta, impondo a necessidade de se colocar cada coisa em seu devido lugar. Disto nascia a tradição do exorcismo do mal, ao qual imputavam a culpa pela quebra da pureza. O próprio clamar-se impuro, à beira das estradas, permitia que o doente fosse reconhecido como tal e funcionasse por si mesmo como um mecanismo profilático de novos contágios.

⁹¹ Cf. Storniolo, 1995, p. 35-36.

2.5 – Concordância

Diversos são os textos bíblicos dando conta acerca da *tsara'at*, referindo-se a tais moléstias sob os seus mais variados ângulos – sinais clínicos, epidemiologia, implicações sociais, prevenção, cura etc. Podemos encontrar relatos nos seguintes textos:

- **Dt 24,8:** Neste versículo, fala-se da necessidade da prevenção contra a praga da *tsara'at*, conforme ensinamentos dos sacerdotes levitas;
- **2Rs 5:** Aqui vemos um ato de cura por obra de um profeta, Eliseu, mesmo sendo o doente um “não fiel ao deus único de Israel”. Enfeixando a narrativa, temos Geazi, um servo do profeta, sendo acometido por uma *tsara'at*, como forma de castigo por ter-se valido da graça de cura então operada em favor do general Naamã, o qual fora livrado de tal mal, obtendo para si benefícios;
- **2Cr 26,19:** Após encolerizar-se, Ozias é acometido por uma *tsara'at* na frente, dentro do templo do Senhor, diante dos sacerdotes;
- **Mt 8,1-4:** Jesus cura um portador de “lepra”⁹² e o envia ao sacerdote para que seja comprovada a cura e obedecidos os rituais de purificação, conforme prescrição de Moisés;
- **Mt 10,8:** Jesus envia os seus discípulos a curarem, inclusive os portadores de “lepra”;
- **Mt 11,4-5:** Jesus pede que avisem a João, preso, que muitos milagres são operados por ele, inclusive a cura de portadores de “lepra”;
- **Mc 1,40-45:** Narra-se, com o mesmo contexto de Mt 8,1-4, a cura de um portador de “lepra” o seu envio ao sacerdote;
- **Lc 4,27:** Cita-se a cura do general sírio, Naamã, como único a receber este tipo de graça por parte do profeta Eliseu, mesmo a despeito de, naquelas época e região, existirem muitos outros portadores de doenças semelhantes;
- **Lc 5,12-16:** Repete-se aqui a cura de um portador de “lepra” e o seu envio ao sacerdote, como já mencionado em Mt 8,1-4 e Mc 1,40-45.

São ainda encontrados outros relatos sobre este conjunto de doenças em outros textos bíblicos, demonstrando-nos principalmente a importância que isto tinha, bem como da implicação teológica, cultural e social que representava. O fato de Jesus enviar um portador de “lepra”, por ele curado, ao sacerdote para que fosse constatada a cura e realizados os rituais de purificação conforme os preceitos mosaicos, demonstra o seguimento, veracidade e facticidade das leis levíticas. Vale ainda citar que, dentro das passagens bíblicas, os casos mais expoentes referem-se a Jó e Lázaro.

2.6 – Levítico 14: as normas para a purificação dos portadores da *tsara'at*

Este capítulo nos fala claramente sobre a necessidade da purificação dos portadores de qualquer forma de *tsara'at*, normatizando os rituais

⁹² Termo grego usado em lugar e como tradução de *tsara'at* no contexto do Novo Testamento.

empregados para tal, através de oblações, ofertórios, aspersões, unções e sacrifícios de vítimas para holocausto.⁹³

Todo o poder, mais uma vez, encontra-se concentrado nas mãos dos sacerdotes, sendo que só aos mesmos cabe a função de arbitrar sobre quem, ou o quê, poderia ser reconsiderado puro diante de Deus, após ter sido acometido por uma das formas de *tsara'at*. Como podemos constatar da leitura do texto, tudo se processa formalmente dentro de um processo ritualístico mais ou menos rígido. São previstas até mesmo as diferenças sociais entre aqueles que deverão ser purificados, o que, por sua vez, promove a inclusão social de todos, sem distinção.

Talvez o momento mais importante e significativo dos rituais de purificação seja aquele expressado pela oferta sacrificial, onde se dá a consagração a Deus, prevista em Nm 8,13 e 16.⁹⁴ Através deste raciocínio teológico, tudo na natureza, inclusive os homens, pertence por direito a Deus. Assim, tudo a Ele pertence (Ex 13,2) e a Ele tudo deve ser devotado, reconhecendo-se, portanto, o seu poder através dos ritos de consagração.

No conjunto dos ritos sacrificiais do Lv 14, encontramos⁹⁵:

- **Oblação** (Lv 14,10.21.31): em hebraico, *minhah*, consistindo na oferta de produtos de origem agrária. Ao contrário do holocausto, visto a seguir, somente uma parte é queimada sobre o altar, sendo que a outra parte restante será destinada ao consumo dos sacerdotes do templo. O que se destina a Deus, portanto, é a fumaça decorrente da queima destes frutos da terra, os quais, por lógica, deverão consistir do melhor da colheita.
- **Holocausto** (Lv 14,13.20.22.31): em hebraico, *'olah*, consiste no real sacrifício por excelência. A vítima deve ser queimada por completo e também a sua fumaça ou seja, a matéria espiritualizada, deverá subir aos céus e ser de aroma agradável ao Senhor. Desde uma pequena ave até um boi podem servir a este propósito e, com a imolação⁹⁶ e a posterior queima, dar-se-á a sublimação, transformando a oferta de material em imaterial, significando a passagem do profano para o sagrado.
- **Comunhão** (não citado em Lv 14): em hebraico, *shelamim*, sendo no entanto uma palavra de difícil interpretação, mais se aproximando de um ato de ação de graças. Aqui parece dar-se uma verdadeira comunhão de sacerdotes e ofertantes com Deus, através de um banquete sacrificial. Para tanto, teremos o sacrifício de um gado bovino, caprino ou ovino, cujo sangue, entranhas, fígado, rins, lombo e gordura, ou seja, o que à época consideravam o melhor do

⁹³ Tema já abordado anteriormente nesta dissertação, onde se discute sobre a questão dos sacrifícios no contexto do Levítico.

⁹⁴ Cf. Cimoso, 1984, p. 34-36.

⁹⁵ Cf. Pereira, 1996, 139-148; Storniolo, 1995, p. 17-22.

⁹⁶ A imolação era feita através de um talho no pescoço da vítima, retirando-lhe o sangue, sede da vida e também símbolo da vida daquele que faz a oferta.

animal, serão queimados em honra de Deus. O restante deverá ser consumido pela família do ofertante, bem como pelos oficiais do templo.

- **Sacrifício pelo pecado** (Lv 14,19.22.30): em hebraico, *kipper*⁹⁷, significando expiação, tendo como função o restabelecimento da ordem quebrada pela transgressão involuntária das leis de santidade. Conforme o grau de santidade, assim deverá ser o grau do sacrifício.⁹⁸ O espírito deste conceito reside na ordem comunitária e na sacralidade da aliança dentre o povo e Deus. Neste tipo de sacrifício, as partes da vítima oferecidas a Deus são queimadas no altar e o restante deve ser queimado fora do acampamento, podendo inclusive ser consumido pelo sacerdote que procede a cerimônia.
- **Reparação** (Lv 14,12-14.17.21.24-25.28): em hebraico, *asham*, sendo de difícil diferenciação com o sacrifício expiatório. Todo o rito é semelhante, porém há aqui uma espécie de indenização como penitência. Neste caso, o pecado está mais ligado ao plano do sagrado, consistindo de uma falta cometida diretamente contra Deus ou a execução de algo proibido pelos mandamentos.

Ainda dentro do contexto sacrificial do Lv 14, o sangue é visto como a essência da vida, até mesmo como a própria alma do ser (cf. Gn 9,4) e Deus chega a apresentar-se como o dono do sangue, ou seja, da alma ou da vida humana (Gn 9,5-6). *Nefesh* (vida) e *dam* (sangue) são então colocados em estreita relação. Isto se repetirá em Dt 12,23-25, onde novamente *nefesh* e *dam* são diretamente relacionados.⁹⁹

Dentro do corpo de todo Antigo Testamento, vemos o sangue como símbolo da vida, daí a sua importância nos rituais de sacrifício. O que participa da expiação pelos pecados é o sangue, justamente porque o sangue é a própria vida, a essência da alma. No Lv 17,26, temos: “*Porque a vida da carne está no sangue. E este sangue eu vo-lo tenho dado para fazer o rito de expiação sobre o altar, pelas vossas vidas.*” Isto explicita bem a mentalidade sacerdotal e a cultura e religião hebraicas. O sangue passa a funcionar como material de rito, como símbolo da aliança e, por isto, como forma de lembrar a união do povo eleito com Deus e o restabelecimento desta união naqueles casos onde tenha havido a transgressão das leis de santidade.

Novamente vemos, através do poder sacerdotal, bem como de seus ritos e mitos, vir à tona a questão do puro-impuro legitimando ações outorgadas pelo sagrado. No caso dos capítulos do Levítico referentes às *tsara'at*, tal fenômeno religioso implica num processo de inclusão-exclusão social, o qual discutiremos em nosso terceiro capítulo.

2.7 – Casos de *tsara'at* acometendo habitações

⁹⁷ Cimoso, 1984, p. 19 o traz como *hattah*. Enquanto *kipper* interpreta-se por purificação, *hattah* é interpretado como pecado.

⁹⁸ Tema já explorado no capítulo anterior desta dissertação.

⁹⁹ Cf. Cimoso, 1984, p. 67-75.

O Lv 14, ao seu final, traz-nos a referência de casas acometidas por uma forma de *tsara'at*, sendo que é o próprio Deus a causa direta da mesma (Lv 14,34). Vemos o relato de habitações de alvenaria sofrendo de infiltrações capazes de comprometer suas estruturas mas, mais importante ainda, capazes de comprometer o estado de pureza das mesmas. Tais moléstias, como são citadas, são, a exemplo de homens e vestes, também passíveis de medidas de higienização, de prevenção e de purificação, conforme os preceitos sacerdotais.

Não podemos deixar de avaliar, no caso do comprometimento residencial, que os relatos atestam a já existência de um modo de vida não mais nômade. Deparamo-nos, então, com uma comunidade já fixada na terra e com hábitos agropastoris, tendo-se em vista os materiais utilizados nos rituais de sacrifício, tais como aves, cordeiros, gado, madeiras de cedro, água de fonte, azeite e farinha. A fixação do homem neste tipo de comunidade é citada como se ainda não houvesse se concretizado por completo, com o relato do uso de tendas e acampamentos, como forma de se situar, ficticiamente, o Levítico no deserto do Sinai.

2.8 – Crítica histórica acerca da “lepra”

Desde o segundo milênio a.C., através de cadáveres exumados na China e através de investigações em múmias do Egito antigo, encontraram-se vestígios do Mal de Hansen, aliás, tendo sido encontradas tábuas descritivas da doença nos escritos legislativos de Hamurábi, rei da Babilônia, no século XVIII a.C.. Tal moléstia é ali designada pelo nome de *bennu*, porém, com todas as evidências, ser realmente a mesma lepra conhecida atualmente.¹⁰⁰

O povo judeu foi exilado de Jerusalém no ano de 587 a.C., quando Nabucodonosor invadiu e tomou esta cidade, expulsando seus habitantes. Com a prisão de seu rei, a destruição do Templo e sem pátria, os exilados acabam por

¹⁰⁰ Cf. Schreiber, 1991, p. 81; Aquino, 1980, p. 113-114 e 130-139.

se ver desorganizados, sem suas instituições e, pior ainda, atingidos em sua fé. A questão era: como e por quê continuar crendo num Deus – lahweh - que permitira que eles fossem massacrados, expulsos e humilhados pelos babilônios, cujo deus não era o deles, mas sim um outro, de nome Marduque.¹⁰¹

Para resolver tal problema, um grupo de sacerdotes, entre eles Ezequiel, elaborou a “história sacerdotal”, a qual visava controlar o povo levita e fornecer-lhe rumos dentro do mesmo contexto de fé num deus único e todo poderoso. Tal documento propunha como saída o entendimento dos desígnios de Deus para o povo de Israel, além de impor regras e normas capazes de, mesmo sem a figura central do Templo, fornecer um rito a ser seguido, mantendo a unidade do grupo.

A história sacerdotal apelava para o passado patriarcal, mostrando que a situação daquele novo exílio não era inédita e que Deus estava a testar-lhes novamente a fé e a esperança, a qual deveria culminar com bênçãos e recompensas para toda a futura geração daquele povo.

O Levítico, no Antigo Testamento, é apenas um dos textos das Sagradas Escrituras a se referir sobre a “lepra”. Muitas outras passagens, tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos, citam casos inclusive de cura de “leprosos”.¹⁰² Porém, segundo Harrison¹⁰³, “apesar do ‘leproso’ ser considerado cerimonialmente impuro, a Bíblia jamais se refere à lepra como sendo alguma espécie de castigo. O surgimento deste mal era ato de Deus, assim como a sua cura era considerada como um milagre da graça divina”.

¹⁰¹ Tema já discutido no capítulo 1 desta dissertação.

¹⁰² Já discutido no item 2.5 deste capítulo.

¹⁰³ Cf. Harrison, 1962, p. 111-113.

Paradoxalmente, a *tsara'at*, é vista sim como castigo de Deus, ou como raiva e falta total de submissão aos mandamentos de Deus ou por cobiça (cf. os casos de Miriam, Uzias e Geazi, já citados); tanto que os rituais de purificação envolviam a oferta pela culpa (Lv 14,10-20). Não se deverá, no entanto, concluir que todo caso de lepra fosse conseqüente a um pecado pessoal (Jó; Lc 13,1-5; Jo 9,1-7).

O autor grego Pausânias¹⁰⁴ relatou que o nome lepra seria derivado da cidade também grega de Lepreos, sendo que seus habitantes foram atingidos pelo mal no século II a.C. . Outro dado acerca das informações passadas por Pausânias é que haveria naquela mesma cidade um templo dedicado a Zeus-Leukaios, donde *leukos* (branco) seria sinônimo de “lepra”.

Em geral, na antigüidade, os sacerdotes assumiam o papel de médicos ou curadores, utilizando-se de diversos recursos tais como o uso de antimônio e o óleo de chalmogra, obtido a partir das sementes de *Gynocardia hydnocarpus*, planta originária da Índia. No Levítico, porém, parecem assumir apenas o papel de “juizadores” de um estado de pureza, constituindo-se em uma espécie de árbitros, neste sentido.

Através dos tempos, e acreditando-se ser a “lepra” uma doença altamente contagiosa, os “leprosos” foram condenados ao que se convencionou chamar de “morte em vida”, pois os mesmos eram segregados do convívio social, sendo, às vezes até por coação, instados a viverem em colônias denominadas lazaretos.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Cf. Schreiber, 1991, p. 81.

¹⁰⁵ Devido ao Lázaro do Novo Testamento? Ou por causa da ilha de San Lazzaro, perto de Veneza, asilo de inúmeros “leprosos”?

Os que se recusavam a viver nestes redutos acabavam por unir-se em grupos que habitavam às margens das estradas e viviam da mendicância.

A discriminação chegou a tal ponto que até mesmo os inocentes, portadores de moléstias cujos sinais pudessem ser confundidos com a lepra, eram também separados do convívio social e rotulados como portadores da doença, como se deu com a sífilis, a elefantíase, a tuberculose cutânea, a psoríase e tantas outras.¹⁰⁶

O trovador Konrad von Würzburg, falecido na Basileia em 1287, conta, em sua *“Lenda de São Silvestre”*, que o imperador Constantino fora acometido pela “lepra” por ter perseguido os cristãos e que lhe disseram que só seria curado daquele mal se ele se banhasse com o sangue de crianças inocentes. Atacado pelo flagelo de Deus, Constantino recusou-se a submeter-se a um tratamento dependente de tanta crueldade. Com este ato e sua posterior conversão ao cristianismo, teria obtido a cura da moléstia. Outras lendas acerca do tema se fizeram tecer ao longo do tempo.¹⁰⁷

Em 1860, Pierre Paul Broca, examinando crânios de um antigo cemitério de leprosos, descobriu que grande parte das lesões eram devidas à sífilis, demonstrando o quanto de injustiça teria sido cometido pelo desconhecimento científico de todas estas doenças. Inclusive, conta-se que, em 1626, Luís XIII teria ordenado o fechamento de vários lazaretos, uma vez que, após inspecionados por seus médicos, lá não teria sido encontrado nenhum caso de hanseníase.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Cf. Schreiber, 1991, p. 91.

¹⁰⁷ Idem, p. 81-87.

¹⁰⁸ Cf. Schreiber, 1991, p. 99-101.

Quanto aos tratamentos praticados desde a Idade Antiga, várias foram as perfumarias utilizadas, desde guano¹⁰⁹ até venenos de serpentes, passando por bananas de São Tomé, água de morangos, figos esmagados com vitríolo, raiz de asfódelo queimada e alume, carpotroche (óleo da farmacopéia brasileira), óleo de gorli, toxóide diftérico etc.

Só em 1873 é que Gerhard Armauer Hansen descobriu que a lepra era causada por um bacilo semelhante ao da tuberculose. Houve inclusive quem, num grupo de estudos médicos na Noruega, tentasse reproduzir a doença auto-inoculando-se com o sangue de pacientes hansenianos, o que não resultou senão em pústulas passageiras no local da inoculação. Em 1940, Manfred Oberdörffer, outro pesquisador da lepra, descobriu que a transmissão se dava através de alimentos contendo saponinas¹¹⁰, tendo reproduzido a doença em macacos, alimentando-os com comidas ricas em saponinas nas quais havia injetado os bacilos da lepra. Esta informação contribuiu para a diminuição do número de casos, a partir do estabelecimento de regras mais rígidas de limpeza dos grãos utilizados na alimentação humana.¹¹¹

Em 1941, nos Estados Unidos, com o advento das sulfonas, obteve-se o controle e a cura da hanseníase, o que hoje ainda persiste em associação com a rifampicina e a clofazimina, além de outras drogas mais modernas. O uso da talidomida, apesar de seus efeitos teratogênicos, visa conter a fase reacional da doença, interferindo nos processos imunológicos que envolvem a hanseníase.¹¹²

Em relação ao desenvolvimento dos casos de Mal de Hansen no Brasil, os dados históricos nos mostram que, devido a não distinção dos casos reais com os

¹⁰⁹ Esterco de aves marinhas.

¹¹⁰ Espumantes, presentes principalmente nos grãos destinados ao consumo humano.

¹¹¹ Cf. Schreiber, 1991, p. 101-104.

¹¹² Cf. Schreiber, 1991, p. 104.

de filariose e sífilis, houve, no século XIX, uma superestimação do número de doentes, com conseqüente discriminação social de vários indivíduos não portadores do mal, sobretudo os mais pobres e os negros. Em Vila Rica, então capitania de Minas Gerais, registraram-se diversos casos de negros com “elefantíase” e que, dado ao aspecto deformante da doença, foram tomados como uma forma de hanseníase, denominada “lepra leontina”, uma vez que provocava edema facial intenso conferindo um aspecto semelhante ao do Mal de Hansen e seu fácies leonino.

Também no Brasil¹¹³ foram instituídos diversos lazaretos, apesar de grande parte dos hansenianos optarem pela vida às margens das estradas, perambulando e mendigando. Em muitos casos também se fazia necessária a coerção policial para proceder a internação de alguns doentes.

O Vale do Paraíba, entre Minas e São Paulo, foi um dos locais onde se evidenciaram verdadeiras epidemias, chegando a existir mais de 500 casos em vinte das vilas da região, isto por volta de 1850. Em 1840, ainda no vigor do regime escravocrata, negros hansenianos eram anunciados como verdadeiras pechinchas em jornais do Rio de Janeiro e, uma vez comprados, eram obrigados a trabalhar arduamente, apesar do mal que portavam, até que falecessem.

A hanseníase foi uma das moléstias das quais mais se ocuparam os charlatães, tendo sido visto quase de tudo em termos de embuste e promessas de cura, impraticáveis à época. Houve até quem propusesse que um hanseniano fosse picado por uma cascavel, prometendo-lhe a cura, o que acabou por resultar na morte do pobre infeliz após 24 horas.

No século XIX foram inúmeros os trabalhos acerca do Mal de Hansen, inclusive com teses de doutoramento. Dentre estes trabalhos, destacam-se:

- *“Paralelo entre as duas espécies de elefantíase e entre a lepra”*, de Joaquim Cândido Soares de Meireles, em Paris, 1827;
- *“Memória sobre a elefantíase dos negros”*, de Francisco de Paula Cândido, Rio de Janeiro, 1842;
- *“Dissertação sobre a morféia”*, de Bernardino Antônio Alves Machado, Rio de Janeiro, 1846;
- *“Elefantíase dos gregos”*, de Albino Rodrigues de Alvarenga, Rio de Janeiro, 1857;
- *“Estudo clínico da morféia”*, de Miguel Cursino Vila Nova, Bahia, 1887.

Através dos dados históricos, podemos perceber que, em alguns casos, antes da atualidade, o pensamento sócio-religioso estava voltado para a “lepra” como sendo um castigo de Deus para os pecados humanos, e isto tem muito a ver com o presente trabalho, pois foram estas mesmas interpretações que legitimaram as segregações sofridas pelos doentes. Vale ressaltar a diferença entre portadores sãos e doentes, haja vista serem os primeiros portadores do bacilo sem que no entanto expressem a moléstia, enquanto aqueles outros configuram os imunologicamente susceptíveis às manifestações clínicas do mal.

2.9 – A “lepra” sob o ponto de vista da medicina moderna¹¹⁴

Discorreremos, nesta seção, sobre a visão mais atualizada acerca da lepra, tentando demonstrar parâmetros capazes de permitir uma futura comparação entre a mesma e as diversas formas de *tsara’at* vistas no contexto do Levítico, como também do AT.

¹¹³ Cf. Santos Filho, 1991.

¹¹⁴ Cf. Fundação Nacional de Saúde (FNS), 1993. Por tratar-se de um guia de controle editado pelo Ministério da Saúde como consenso nacional acerca da lepra, todas as literaturas consultadas conferiam com o mesmo e, por isso mesmo, foram dispensadas.

2.9.1 - Definição

A Hanseníase, ou lepra, é uma doença crônica granulomatosa de evolução insidiosa, proveniente da infecção pelo *Mycobacterium leprae*, que é uma bactéria do tipo bacilo, tendo a forma de bastonete reto ou levemente recurvado. Acomete pele e nervos periféricos, podendo ainda comprometer vísceras.

2.9.2 - Agente etiológico

O agente causador é uma bactéria, um bacilo - o bacilo de Hansen - denominado *Mycobacterium leprae*, pertencente à família das mycobactérias. Apresenta-se sob a forma de bastonete reto ou levemente curvado. Cora-se pela fucsina e é álcool-ácido-resistente, ou seja, não se descora pelos álcoois e ácidos. É parasita intracelular obrigatório e possui afinidade por células cutâneas e de nervos periféricos.

Outra característica importante deste microorganismo é que ele permanece viável no meio ambiente por aproximadamente 36 horas ou até por 9 dias em temperatura de 36,7° C e umidade média de 77,6%.

2.9.3 - Dados epidemiológicos

Trata-se de uma doença de pele e configura-se como uma endemia nacional. O Brasil é o 2º lugar mundial em número de pacientes. Em 1991, o índice apurado foi de 17,5 pacientes em cada 10.000 habitantes.

A principal fonte de infecção é o próprio homem através das formas contagiantes da doença. Somente estas formas são capazes de eliminar bacilos no meio exterior, devido à carga bacilar alta na pele e mucosas.

A propagação da doença se dá através das secreções das vias aéreas, que são a principal porta de entrada para o bacilo. No entanto, há a possibilidade de contaminação direta através de soluções de continuidade (feridas abertas) na pele. O período de incubação é de 2 a 7 anos. O chimpanzé, o macaco *mangabei* e o tatu também são prováveis reservatórios da doença. Nestes três animais descrevem-se casos naturalmente adquiridos.

A afirmação clássica de que há necessidade de contato prolongado, principalmente em aglomerações e situações de promiscuidade, para a instalação da doença, parece ser verdadeira.

Segundo informações do Ministério da Saúde (M.S.), é grande o número de pessoas resistentes ao bacilo da lepra, o que, do ponto de vista imunológico, se justifica através da existência ou não de antígenos de histocompatibilidade.

2.9.4 - Imunologia

A lepra é uma doença crônica granulomatosa, e apresenta-se sob diferentes estágios bem caracterizados clinicamente. O bacilo, após sua entrada

no organismo, é fagocitado e processado por células imunológicas (de defesa) “apresentadoras de antígenos”. Estas células, em geral, são os macrófagos. Outras células também podem, eventualmente, apresentar estes bacilos ao sistema imunológico (células dendríticas, queratinócitos e células endoteliais, por exemplo).

Estes bacilos são então fragmentados pelas células “apresentadoras”, e estes fragmentos, peptídeos, são então selecionados e apresentados aos linfócitos. A célula apresentadora o faz expressando estes peptídeos em sua superfície, associado com o “antígeno de histocompatibilidade” (MHC, Classe II). Este MHC, Classe II é presente em todas as células do sistema imune e também, esporadicamente, em células tissulares que, por isso, passam a ter a capacidade de também apresentar o antígeno (Ag). O complexo Ag + MHC, Classe II é reconhecido pelos linfócitos T, ocorrendo então uma reação em cadeia onde haverá a ativação de linfócitos auxiliares (T helper) e indução da produção de linfocinas, tudo na presença de citocinas denominadas “interleucinas”, do tipo IL-1, produzida pelos macrófagos e IL-2, produzida pelo próprio linfócito. Haverá então uma proliferação de linfócitos reativos ao bacilo.

Esta seqüência de eventos configura-se na resposta imune capaz de bloquear o processo infeccioso e, uma vez que ocorra em níveis normais, impedirá a expressão dos sinais e/ou sintomas da lepra. Pacientes doentes apresentam baixa resposta imunitária, específica para a Hanseníase.

Várias hipóteses são sugeridas na tentativa de se explicar esta baixa imunidade, dentre elas os defeitos de processamento do bacilo, a ausência de linfócitos reativos ao bacilo, a existência de células supressoras da resposta imune

e a deficiência na produção de citocinas. Parece haver um “background genético” em relação à resposta imunológica à lepra, o que não foi ainda consistentemente comprovado.

2.9.5 - Diagnóstico

Trata-se de uma doença de grande potencial incapacitante, onde se faz mister o diagnóstico precoce mas que, na prática, só pode ser realizado a partir das manifestações clínicas. Por tratar-se de condição que se apresenta sob diversas formas de expressão em seus sinais e sintomas, o diagnóstico não é dos mais fáceis, havendo um extenso leque de diagnósticos diferenciais, os quais serão arrolados num próximo tópico. Faz-se, então, necessária a citação do quadro sintomatológico:

- 1- **Forma indeterminada:** áreas de hipo ou anestesia, parestesias, manchas hipocrômicas e/ou eritemato-hipocrômicas, com ou sem diminuição da sudorese e rarefação de pelos. Sem alterações motoras na evolução da doença.
- 2- **Forma Virchowiana:** eritema e infiltração difusas, placas eritematosas infiltradas e de bordos mal definidos, tubérculos e nódulos, madarose, lesões das mucosas, comprometimento visceral.
- 3- **Forma tuberculóide:** placa eritematosa, eritemato-hipocrômica, bem delimitada, hipo ou anestésica, comprometimento de nervos, de forma mais intensa e precoce que nas demais formas.
- 4- **Forma dimorfa:** lesões eritematosas planas com centro claro (pré-foveolares), eritematosas infiltradas com centro deprimido (foveolares), eritematopigmentares de tonalidade ferruginosa ou pardacenta.

Portanto, o diagnóstico se fará através da anamnese bem detalhada e de um exame físico completo com máxima atenção para as alterações cutâneas - lesões e sensibilidade dolorosa, térmica e tátil - e sobretudo da palpação de nervos periféricos, tais como espessamentos, dor, alterações da sensibilidade com parestesias ou hipoestésias, e diminuição da força muscular ou incoordenações motoras.

Além disso, exames laboratoriais também se fazem necessários de forma complementar, como bacterioscopias da linfa e testes de reação cutânea.

2.9.6 - Diagnóstico diferencial

Como poderemos ver, é grande o número de moléstias capazes de, mesmo na atualidade e com os mais modernos recursos diagnósticos, serem confundidas com a “lepra”. Mesmo dentro do que se considera hanseníase, veremos também que diversas são as formas que ela pode assumir, dificultando ainda mais a determinação de tal doença.

Talvez estes fatos tenham contribuído para a tradução, a nosso ver equivocada, de *tsara'at* por “lepra”. Outros autores, como veremos na seqüência, também assim vêem esta problemática e deverão ser utilizados na discussão final de nossa dissertação.

2.9.6.1 - Com forma indeterminada

- 1- **Pitíriase alba:** manchas hipocrômicas, arredondadas e de margens imprecisas, tamanhos variáveis, superfície áspera, principalmente em face, dorso e braços. Piora com exposição solar e é mais comum em crianças e adolescentes. Causa indeterminada e cura apenas com cuidados locais, como restrição do uso de sabonetes e exposição ao sol.
- 2- **Pitíriase versicolor:** micose superficial causada pelo *Malassesia furfur*, com manchas hipocrômicas, eritematosas ou hiperocrômicas de bordos bem delimitados e superfície com descamação fina. Pode haver confluência das lesões. Tratamento com antimicóticos tópicos e, em alguns casos, associados com xampus antimicóticos e/ou antifúngicos orais. As lesões residuais apresentam resolução lenta por exposição solar.
- 3- **Nevo acrômico:** manchas de margens precisas, porém irregulares, presentes ao nascimento ou com surgimento precoce. Destaca-se com a exposição solar, por não se bronzear.
- 4- **Manchas café-com-leite:** manchas hiperocrômicas de bordos nítidos e regulares também presentes ao nascimento. Podem estar relacionadas com neurofibromatose de Von Recklinhausen.
- 5- **Hipocromias residuais:** manchas hipocrômicas como resultado de resolução de várias dermatoses ou como resíduo cicatricial.
- 6- **Vitiligo:** doença idiopática devida à redução do número e capacidade funcional dos melanócitos da pele. Manchas acrômicas, redondas ou ovais, de tamanhos variáveis, bordos precisos ou irregulares, assintomáticas, evolução variável, geralmente confluentes e que podem atingir extensas áreas do tegumento. Tratamento com psoralenos e exposição controlada ao sol.
- 7- **Pinta:** doença infecciosa causada pelo *Treponema carateum*, comum na região amazônica. Manchas hipo, hiper ou acrômicas.

- 8- **Esclerodermia em placa:** placas redondas ou ovais de superfície lisa e brilhante espessada, acastanhada com áreas de hipocromia, por vezes com halo violáceo. Evolui com atrofia e esclerose da pele. Pode haver diminuição da sensibilidade cutânea e da sudorese.
- 9- **Pitíriase rósea de Gilbert:** inicialmente com mancha única, redonda ou ovalada, eritematosa. Torna-se anular com surgimento posterior de lesões múltiplas menores, principalmente em membros e tronco. Leve prurido pode acompanhar o quadro.

2.9.6.2 - Com forma tuberculóide

- 1- **Dermatofitose (impingem):** micose superficial com lesões escamosas de bordos elevados eritematosos com tendência a cura central. Vários formatos e diversas localizações (tinha do corpo, tinha do couro cabeludo, tinha da virilha e tinha dos pés). Tratamento com antimicóticos tópicos, xampus antimicóticos e/ou antifúngicos orais.
- 2- **Lúpus eritematoso:** doença auto-imune de surgimento em adulto jovem. Lesões eritematosas que pioram com exposição solar e que curam com atrofia, podendo deixar manchas hipo ou hipercrômicas residuais. Na face pode morfologicamente tomar aspecto de “asa de borboleta”.
- 3- **Psoríase:** etiologia desconhecida, caracterizada pela proliferação acentuada das células da epiderme. Lesões eritematosas, com escamas grosseiras prateadas e descartáveis, que geralmente acometem faces extensoras dos membros, couro cabeludo e dorso.
- 4- **Sarcoidose:** doença rara e de etiologia desconhecida. Acomete adultos, principalmente em pele, olhos e pulmões. Na pele gera lesões eritêmato-papulosas. Que por sua vez merece diferenciação com sífilis, tuberculose cutânea, leishmaniose tegumentar e paracoccidioidomicose.
- 5- **Granuloma anular:** doença de etiologia desconhecida caracterizada por lesões em forma de anel, bordos elevados, regulares, não descamativas, de cura espontânea e que acomete principalmente dorso dos dedos dos pés e mãos.
- 6- **Esclerodermia:** já citada anteriormente.

2.9.6.3 - Com hanseníase dimorfa (HD)

- 1- **Farmacodermias:** reações cutâneas a drogas, principalmente penicilinas, sulfas, aspirina, antiinflamatórios etc. Manifestação súbita de bolhas, máculas, pápulas, urticária e nódulos com prurido e dor.

2.9.6.4 - Com hanseníase virchowiana (HV)

- 1- **Sífilis:** grande polimorfismo de lesões, inclusive com madarose e infiltração da face. Como principal ponto de diferenciação na anamnese teremos cancro duro prévio. Outro dado importante é a alopecia areata.
- 2- **Outras:** leishmaniose, neurofibromatose, linfoma cutâneo, micose fungóide, leucemias, lúpus eritematoso sistêmico, xantomatoses e farmacodermias.

Um dado clínico que deve ser comentado sobre a forma virchowiana é que ela pode conferir um aspecto de fácies leonino ao paciente, o qual terá, como se percebe pelo nome, uma face lembrando a de um leão, devido à grande infiltração cutânea desta região.

2.9.7 – Tratamento da “lepra”

De certa forma, já expusemos acerca do tratamento da “lepra” quando discorremos sobre os aspectos históricos de tal moléstia. Enquanto à época do Levítico nada podia ser feito além das medidas preventivas descritas nos capítulos 13 e 14 daquele livro, vimos que, por sucessivas experiências, desde empíricas até científicas, inúmeras fórmulas foram tentadas, desde perfumarias até verdadeiras drogas, cujos princípios ativos acabaram por surtir o efeito desejado.

Na atualidade algumas substâncias químicas, tais como as sulfonas, a clofazimina, a rifampicina e a talidomida, são capazes de bloquear as respostas imunológicas decorrentes da infestação orgânica pelo agente etiológico da hanseníase, qual seja o *Mycobacterium leprae*. Do uso das mesmas, em geral por meio de associações entre elas, consegue-se não só a paralisação do processo infeccioso, como também o bloqueio da capacidade que tal bactéria possui de contaminar novos hospedeiros.

Percebe-se, portanto, um grande diferencial entre as formas de tratamento entre a *tsara’at* relatada no contexto do Lv 13 e 14 e a lepra na atualidade. Sabe-se hoje serem ineficazes, para o tratamento curativo da lepra, apenas as medidas preventivas previstas naquele conjunto de leis sacerdotais.

2.10 – Lepra (hanseníase) x *tsara’at*

O termo hebraico *tsara’at*, como se pode depreender do próprio texto dos capítulos 13 e 14 do livro do Levítico, é muito amplo e genérico em seus sentidos, contendo em si uma idéia de algo capaz de afetar seres humanos, tanto quanto objetos de vestuário e habitações. Neste sentido, a sua principal característica é a de alterar a aparência do objeto afetado, conferindo-lhe um aspecto desagradável,

o que, por sua vez, fazia com que tal fato sugerisse a quebra de um estado de pureza.¹¹⁵

Dentro do contexto do Antigo Testamento, e posteriormente também do Novo Testamento, temos então a presença constante de um conjunto de moléstias capaz de assumir diversas formas diferentes, por vezes severas e que é relatado de maneira a nos conduzir a uma visão abrangente do termo, podendo significar desde uma simples mancha a tumores incuráveis ou, no caso de vestes e casas, desde leves manchas a infiltrações profundas, responsáveis pela determinação da destruição do objeto portador da alteração.

Como podemos ver dos relatos anteriores, acerca da discussão de Lv 13 e 14, a *tsara'at* tem uma evolução aguda e, em certo número de casos, mesmo sem que seja adotada uma terapêutica medicamentosa, apresenta uma evolução favorável, inclusive com cura total. Mais importante ainda, não se relatam seqüelas do tipo deformantes e apenas em uma única passagem (Lv 13,51-52) é citado risco de contágio que representa.¹¹⁶

A preocupação central dos capítulos do Levítico em estudo trata evidentemente da questão da pureza perante Deus e a comunidade, principalmente no que diz respeito às questões referentes à aliança selada entre estas duas partes. Porém, pode-se perceber também uma forte preocupação com os hábitos de higiene capazes de evitar a propagação desta doença ou, antes

¹¹⁵ Cf. Harrison, 1962, p. 111-113.

¹¹⁶ Apesar de tal risco de contágio ficar subentendido nas entrelinhas dos Lv 13 e 14 e ser referido em outros capítulos dos textos bíblicos, como Lv 21,1-3; Nm 6,6; 9,6-11; 19-1-22; 2Cr 23,19 e Ez 44,25; Sl 79,1; por exemplo. Só que nestes casos a preocupação era muito mais com o estado de pureza do que propriamente com a contaminação em si.

disso, de permitir que ela se instalasse entre os membros daquela população de hebreus.

Outro fato percebido da leitura e estudo das leis e ritos acerca da *tsara'at* é que parece não haver um conhecimento da causa da mesma, ou melhor, tem-se como etiologia a própria vontade de um deus que pune com o mal as transgressões às suas leis, ditadas diretamente por ele a seus escolhidos.¹¹⁷

Na atualidade encontramos uma outra condição contagiosa, a lepra propriamente dita ou mal de Hansen, também capaz de afetar os seres humanos como a *tsara'at*, que no entanto, como já exposto anteriormente, difere-se consistentemente destas. Neste caso, sua causa é conhecida; apenas os seres humanos são capazes de contrair tal doença, sendo portanto impossível o contágio de casas e vestes; sua evolução é crônica e insidiosa; possui caráter deformante quando não adequadamente tratada e é capaz de afetar o sistema nervoso periférico, gerando com isto a ausência de sensibilidade cutânea do paciente acometido.

Assim sendo, definitivamente não se poderia admitir a tradução do termo *tsara'at* por lepra, em vista da grande diferença entre ambas as condições. Mas, mesmo a despeito disto, tal fato se fez valer e, conforme alguns relatos¹¹⁸, a Septuaginta e a Vulgata optaram por esta tradução, cuja provável intenção discutiremos no capítulo seguinte desta dissertação.

¹¹⁷ Já citado anteriormente como fruto da lei de retribuição.

¹¹⁸ Cf. Harrison, 1962, p. 111-112; Ibañez Arana, 1974, p. 124-129; Harris, 1998, p. 572-573.

Capítulo III

PUREZA, SAÚDE E SANTIDADE

Neste capítulo, discutiremos os mecanismos utilizados no processo de legitimação das normas capazes de permitir que condutas adotadas com o intuito de promover a inclusão social dos portadores de moléstias contagiosas, como o foi a *tsara'at*, possam ter, numa segunda instância, culminado com a exclusão social destes mesmos indivíduos. Mais ainda, de que forma possam ter sido usados estes mesmos mecanismos. Para tanto, deveremos compreender, em primeiro lugar, a visão do homem sobre si mesmo e como se processam suas existência e sobrevivência em harmonia com a natureza e a maneira como ele reage quando da destruição deste equilíbrio.

3.1 – Saúde, doença e salvação: uma visão holística

O ser humano, desde os primórdios de sua racionalidade, incessantemente busca olhar para si mesmo. Através do poder de reflexão, ele tem buscado compreender os diversos fenômenos que envolvem a própria vida. Mais além disto, ele busca, com esta compreensão, conquistar benefícios para si e para as suas gerações futuras. É deste conhecimento em seu favor que o

homem tenta, ao máximo, harmonizar-se e equilibrar-se dentro do contexto universal, pois disto depende sua própria existência.¹¹⁹

Não dá para compreender a existência humana sem que se perceba a importância de sua unicidade, ao mesmo tempo que não se pode esquecer também de sua integralidade e de sua importante característica de socialização. Por unicidade devemos entender o ser humano como entidade única, isolada e consciente de si mesma e do mundo que a envolve, capaz de participar de uma realidade, operando individualmente cada ato. Por integralidade entenda-se a associação soma-psique, onde corpo e alma¹²⁰ integram-se como um só bloco, reagindo reciprocamente diante das mais variadas situações cotidianas, positiva ou negativamente. Quanto à socialização, referimo-nos à capacidade de viver em grupo, sob regras nascidas da própria convivência comunitária e, posteriormente, legitimadas sob diversos meios.¹²¹

Justamente para a manutenção destas qualidades é que o homem busca incessantemente ir além de si mesmo, transcendendo a realidade e ajustando-se às constantes mudanças pelas quais passa a existência universal. Com isto, criam-se noções de harmonia e buscam-se todos os meios capazes de a ela conduzir. O belo, o perfeito, o saudável, o puro, enfim, toda gama de qualidades elevadas à sua máxima expressão, são aspirações perenes da humanidade. Neste sentido, tais características são buscadas como a própria salvação do ser-

¹¹⁹ Recomendamos a leitura de Teilhard de Chardin, 1966.

¹²⁰ As traduções de substantivos hebraicos para a língua grega foram capazes de provocar certos equívocos, uma vez que a cultura helênica difere substancialmente da cultura bíblico-semítica. Nesta primeira existe uma dicotomia antropológica que não condiz com a visão unicista hebraica. Então, o que na Septuaginta aparece distintamente como corpo e alma, no original hebraico queria significar uma totalidade, ou seja, o corpo-alma, de forma integral, não dissociável (Cf. Wolff, 1985, p. 17-19).

¹²¹ Cf. Olivieri, 1985, p. 57-70.

integral¹²² e, assim, saúde física e espiritual atrelam-se ao todo humano, configurando, ao fim das contas, a saúde total, incapaz de ser dicotomizada.¹²³

O homem encontra-se inscrito num contexto dialético entre natureza, vida e cultura, nascendo daí a noção de equilíbrio, sem que, no entanto, tomemos conhecimento de uma realidade, por vezes impiedosa, de luta pelo próprio existir.¹²⁴ Desta forma, saúde é algo bastante amplo, incapaz de ser compreendida como um fato estanque e alienado da participação do próprio homem. Então, normalidade e saúde misturam-se num cenário de atributos relativos, envolvendo fatores mentais e sociais, bem como fatores físicos.¹²⁵

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não mera ausência de moléstia ou enfermidade”. Portanto, construindo-se um conceito mais dinâmico, saúde é um estado do ser onde o equilíbrio resulta do ajustamento às forças que tendem a perturbá-lo. Não se trata, então, de uma atitude passiva, mas sim de uma resposta ativa do indivíduo e/ou da coletividade, reagindo sobre as forças que agem sobre os mesmos.

Alguns pensadores, como Aristóteles, Platão e, bem mais recentemente, Spinoza, falam-nos da integração alma-corpo e de sua importância, demonstrando-nos que tal concepção é fruto de indagações pretéritas mas que, ainda hoje, se faz valer, ocupando-nos a imaginação. Desta visão nasce a individuação do ser, mas em contrapartida, isto também gera no homem uma

¹²² Consideramos importante a leitura de SI 34,11-14.

¹²³ Cf. Terrin, 1998, p. 151-152.

¹²⁴ Cf. Perestrello, 1989.

¹²⁵ Cf. Leavell, 1976.

consciência que o remete à socialização, a partir do momento em que percebe ser necessária a manutenção da própria existência e de que isto só se torna possível através da integração ser-ser / ser-ambiente.¹²⁶

Dentro da concepção adotada pela medicina psicossomática, este raciocínio acima descrito é fruto dos instintos, ou seja, de uma inteligência inata que se manifesta independentemente do aprendizado e que nos leva a executar determinados atos e comportamentos, os quais são transmitidos de geração para geração, com o intuito de preservação da espécie.

Voltando ao conceito de saúde, este instinto de preservação impele o homem à busca de alternativas capazes de mantê-lo, e aos de seu grupo, dentro de um contexto de integridade física e espiritual. Desta forma, não há como dissociar realmente corpo e alma e até se pode falar não em doenças psicossomáticas, mas sim em pessoas psicossomáticas, demonstrando a importância desta concepção.

Diversos são os fatores capazes de interferir neste equilíbrio ao qual denominamos saúde, dentre eles a ocupação profissional, a situação econômica, a situação familiar, o estado emocional, entre tantos outros. Vale aqui ressaltar que, por se tratar de uma dissertação que envolve diretamente medicina e Bíblia, os sentimentos religiosos também participam ativamente deste complexo rol, principalmente por envolver reações emocionais e diversas formas de credo.

¹²⁶ Cf. Pacheco e Silva, 1976, p. 23-27.

Cultura e religião misturam-se, portanto, neste cenário impossível de ser negligenciado sem que se altere o referido equilíbrio anteriormente citado.¹²⁷

Concordando com esta visão holística, Perestrello¹²⁸ nos lega que *“doença, portanto, não é algo que vem de fora e se superpõe ao homem, é sim um modo peculiar de a pessoa se expressar em circunstâncias adversas.”* Assim sendo, qualquer condição capaz de afetar a homeostase do organismo humano é resultado de um processo dinâmico e apresenta um curso natural. Esta trajetória de desequilíbrio inclui a possibilidade de retorno ao estado de normalidade, ao estado de adaptação do organismo ao desequilíbrio ou, nos casos mais extremos, de morte. Tudo isto se faz valer numa perspectiva quase sempre multifatorial.¹²⁹

Além disso, estes estados de desequilíbrio são capazes de produzir efeitos característicos sobre uma população em geral, configurando quadros que, se não prevenidos na pessoa, acabam por alastrar-se. Porém, como vimos da conceituação de saúde e doença, mais importa atuar sobre a manutenção, prevenção e melhoria do estado de saúde do que propriamente optar-se pela correção de um estado já alterado.¹³⁰

Considerando-se então a saúde um estado bem mais amplo do que a simples ausência de doença, tornam-se lógicas todas as preocupações com vistas à promoção da saúde e prevenção das doenças, sendo para tanto necessárias medidas adequadas de investigação e correção de possíveis focos geradores de

¹²⁷ Cf. Pacheco e Silva, 1976, p. 26;52-55.

¹²⁸ Cf. Perestrello, 1989, p. 70-71.

¹²⁹ Cf. Leavell, 1976, p. XVII; Olivieri, 1985, p. 28-29.

¹³⁰ Cf. Leavell, 1976, p. XIX. Vale dizer que os gastos com a medicina curativa são muito mais elevados do que aqueles realizados com a medicina preventiva, além do que, as taxas de morbi-mortalidade são bem mais expressivas quando se opta pelo privilégio da primeira alternativa.

desequilíbrio, tais como determinados hábitos e costumes, no indivíduo e mais amplamente na comunidade.¹³¹

Este conceito corresponde exatamente à definição de medicina preventiva¹³² e pode ser percebido no decorrer de toda narrativa dos capítulos 13 e 14 do Levítico, onde se nota o relato de medidas cuja intenção é a manutenção da saúde. Ali também, saúde sugere algo que não se limita tão somente a ausência de moléstias, indo além, visando um estado de pleno equilíbrio do ser com a natureza e com seus circunstantes. Saúde, naquele contexto, é a busca até mesmo da salvação individual e coletiva, integrando a todos num processo de inclusão dentro da aliança realizada entre o homem, e por extensão todo o povo escolhido, e Deus.

Os hábitos e costumes do homem e da sociedade são, em muitas ocasiões, fontes de perturbação de um estado de equilíbrio, podendo favorecer o desenvolvimento de processos patológicos. Dentre eles, a higiene, alimentação, conservação dos alimentos, contatos íntimos, aglomerações de indivíduos, destino dado aos dejetos, atitudes sexuais e comportamentos mentais, enfim, uma enorme gama de variáveis pode interferir na manutenção da saúde ou no aparecimento de doenças.¹³³

Entra em cena, com base no acima exposto, a importância da relação religião x salvação na manutenção de um *nomos* capaz de fazer perdurar um equilíbrio do estado físico e mental, levando o indivíduo e a coletividade a se manterem em perfeita harmonia entre si e o universo que os cerca. Disto irá

¹³¹ Idem, p. XVIII-XIX

¹³² Idem, p. 3.

decorrer a adoção de inúmeras medidas, a exemplo do que é visto no corpo do Levítico, com vistas à promoção da inclusão do homem no seio da universalidade.¹³⁴

Reportando-nos especificamente à cultura percebida nos tempos do Levítico, deparamo-nos com tabus capazes de, ao mesmo tempo, promover inclusão e exclusão social, tudo com base nesta necessidade de se alcançar a salvação do ser integral. Salvação, neste sentido, vai além de um estado de saúde física, transcendendo as coisas terrenas em favor do alcance de um estado pleno de pureza do ser total.¹³⁵

Aqui entra o papel das religiões, sendo que, nos primórdios da civilização, a elas cabia a função não só dos cuidados da alma, como também da terapia do corpo e da mente, numa concepção holística que, no judaísmo, envolvia a noção de pureza. O sacerdote, no levitismo, era portanto um misto de pastor e de médico, preocupando-se com a integridade do corpo físico, com o bem-estar da mente e com a pureza da alma, em favor, integradamente, da salvação do todo.¹³⁶

A necessidade da salvação justificava o papel das religiões. Este contato com o mundo divino, por sua vez, levava à concepção de que só o seguimento das leis divinas era capaz de conduzir a um estado de pureza e, daí, à salvação. Somente de Deus provinha a saúde ou a doença, pois estas eram vistas como condições derivadas de um favor ou de uma punição de Deus em favor do

¹³³ Cf. Leavell, 1976, p. 54-67.

¹³⁴ Cf. Terrin, 1998, p. 149-160; Olivieri, 1985, p. 58-59.

¹³⁵ Saúde e salvação derivam de uma só palavra latina – *salus* – e têm, em outras línguas mortas, o mesmo sentido de plenitude, bem-estar, integridade. Cf. Schiavo e Silva, 2000, p. 13-14; Terrin, 1998, p. 154.

¹³⁶ Cf. Schiavo e Silva, 2000, p. 13-14.

cumprimento ou contra as transgressões de Suas leis.¹³⁷ Neste contexto, a religião é instada a justificar seu papel terapêutico, tanto que no levitismo o que se esperava não era somente a salvação futura do ser total, mas também a salvação momentânea do corpo.

Buscar, à época, o auxílio de médicos era duvidar de Deus e de Sua capacidade de prover o bem-estar pleno. Tal fato merecia castigo¹³⁸ e colocava nas mãos dos sacerdotes, através de uma submissão total aos ditames da religião, o monopólio exclusivo da vida por ordem de Javé. A doença funcionaria como prova e castigo, da mesma forma como a cura se unia a uma prova da confiança na disposição de Javé.¹³⁹

Terapia, derivada do grego *therapeia* e da raiz grega *therapeutike*, exprime alguém que cuida, alguém obsequioso, servidor. Isto, posteriormente, no próprio grego, e antes também na visão do Antigo Testamento, assumiu a conotação de quem se encontra a serviço da divindade, que é dado ao culto religioso.¹⁴⁰ Desta forma, sagrado e salvífico misturam-se e a prática terapêutica antiga encontra força e apoio no mundo religioso. Mais ainda, pode-se chegar ao ponto de reconhecer que a medicina nada mais é do que o fruto da especialização de uma das funções da religião, no decorrer do tempo.¹⁴¹

Enfim, conforme análise filológica entre sagrado e salvífico, segundo Heidegger, também o sagrado é na realidade salvífico. Salvação não pode estar

¹³⁷ Cf. Schiavo e Silva, 2000, p. 73. Wolff, 1985, p. 198, traz-nos que a certeza inabalável da Bíblia é a de que somente a Javé pertence o poder sobre a doença e a cura, não existindo nisto uma visão de milagre nem uma distinção com o curso natural da vida. Somente em Deus, neste contexto, encontra-se o caminho da plenitude.

¹³⁸ Cf. 2Cr 16,12; Gn 50,1-14.

¹³⁹ Cf. Wolff, 1985, p. 199; Schiavo e Silva, 2000, p. 73.

¹⁴⁰ Cf. Perestrello, 1989, p. 96; Terrin, 1998, p. 156.

¹⁴¹ Cf. Terrin, 1998, p. 196-197.

dissociada de saúde, uma vez que esta última implica na plenitude e integridade do ser, bem como a doença seria, na visão levítica, a primeira expressão do caos e da desordem, resultantes do pecado e da transgressão às leis divinas.¹⁴² No entanto, esta pode significar somente uma visão pré-moderna/levítica e não como forma geral.

3.2 – Bíblia, pureza e saúde

A Bíblia, especialmente o Antigo Testamento, apesar de não se tratar de um livro de medicina, traz em si diversas passagens e relatos onde preceitos e leis acerca dos cuidados com o corpo humano são trazidos à luz, de forma que possam conduzir à preservação do indivíduo e da coletividade. Para tanto, métodos diagnósticos e medidas preventivas, inclusive de higiene pessoal e sanitária, são adotadas com o intuito do alcance da cura.¹⁴³

Poderíamos citar, só em relação ao Antigo Testamento e como exemplo, passagens alusivas à prática médica, tais como Gn 19,1-2, o livro do Levítico, o Dt 23,13; Nm 31,19-24; 1Sm 6,2-4, entre tantos outros. Nestes textos, percebemos o quanto de conhecimento médico e de sua aplicação existia já àquela época e, mais interessante é o valor dado às medidas de higiene, ao ponto de se confundirem tais cuidados com a própria pureza do ser. Assim, a higiene e a integridade física são, no contexto bíblico, indispensáveis. Para tanto, vemos a imposição de lavagens corporais, proibições de consumos de determinados

¹⁴² Cf. Terrin, 1998, p. 155-157.

¹⁴³ Cf. Landmann, 1993, p. 26-27.

alimentos considerados impuros, proibições de contato com dejetos e secreções humanas, bem como da adoção de leis específicas sobre o que era ou não puro.

Neste sentido, doença era um estado de impureza do corpo-alma, cuja origem era bem mais complexa do que aquela que hoje concebemos. Por outro lado, e curiosamente, apesar de conter tanto sobre medicina, o Antigo Testamento demonstra claramente um desprezo pelos médicos e por sua arte. Gn 50,1-14 e 2Cr 16,12 são evidências disto e os sacerdotes, longe de atuarem como médicos, desempenhavam apenas uma função de arbitragem em relação às doenças e de alteração do estado de pureza.¹⁴⁴

Esta noção de puro-impuro encontra-se tão mesclada com a noção de saúde no conceito bíblico, que judeus não podiam entrar no templo sem antes terem se purificado, ou seja, sem antes terem tomado banho. Até mesmo os sacerdotes eram proibidos, como já vimos em capítulo anterior, de manterem contato direto com seus próprios familiares falecidos de uma causa suspeita de ser impura.

Segundo Harrison¹⁴⁵, o caminho para a santidade entre os hebreus antigos tinha passagem obrigatória pelos domínios da pureza física, sendo que todas as formas possíveis de contaminação do corpo deveriam ser evitadas. No entanto, tais determinações sobre o puro-impuro não eram baseadas em meras suposições folclóricas, mas sim recebidas diretamente de Deus por Moisés e do cumprimento das mesmas dependia a salvação da pessoa e da comunidade.

¹⁴⁴ Cf. Schiavo e Silva, 2000, p. 73.

¹⁴⁵ Cf. Harrison, 1962, p. 109-110.

Novamente vemos que saúde, pureza e salvação convergem para o mesmo ponto: o do poder do sagrado legitimando tais condutas. Resta-nos, porém, encontrar os motivos e o momento capazes de fazer com que tais medidas, intencionalmente promotoras da inclusão social, possam ter adquirido caráter de exclusão daqueles que não se enquadrassem neste contexto.

Carlos Mesters¹⁴⁶ aponta para a precariedade das condições de vida dos judeus no pós-exílio, bem como para o pequeno conhecimento das causas das doenças à época, desencadeando tal processo. Como a visão hebraica era unicista e a saúde era o resultado da união de um corpo forte aliado à retidão moral, a manutenção desta integridade só podia se dar mediante a adoção de medidas ligadas ao campo religioso¹⁴⁷. Assim, saúde e vida eram quase que sinônimos e ambas encontravam-se sob o poder de Deus.

Por outro lado, doença seria o pior de todos os males e implicava na transgressão dos mandamentos da lei de Deus ou mesmo como castigo de Deus pelo pecado. Como a Bíblia coloca a observância das prescrições divinas como condição total de pureza diante de Deus, os transgressores funcionavam como pessoas de risco para a manutenção da aliança. Daí, provavelmente surgia a exclusão dos não recuperados de suas impurezas, como última e única saída para que o grupo não se perdesse. Era, por assim dizer, o sacrifício de um em detrimento de todos.

¹⁴⁶ Cf. Mesters, 1985.

¹⁴⁷ De Vaux acredita que tudo isto não passava de prescrições que testemunhavam concessões primitivas e conservavam velhos ritos supersticiosos e que aquilo que inicialmente servia para exprimir a santidade de Deus e de seu povo tornou-se um rígido formalismo e um insuportável jugo. O que era para proteger acabou por tornar-se uma opressão. Nesta linha também parece raciocinar Storniolo, o que, por fim, acaba por contrapor Jesus ao judaísmo (Cf. De Vaux, 1972, p. 446-448). No entanto, na nossa visão, as razões judaicas

3.3 – A importância e o significado dos rituais e sacrifícios na manutenção da pureza

De certa forma, já vimos como saúde e pureza são peças integradas de um mesmo jogo. Não dá para admitir saúde sem uma pertença ao estado de pureza, como também é praticamente impossível enxergar alguém puro sem que se apresente sadio. Isto vale tanto para o corpo quanto para alma, uma vez que ambos são indissociáveis dentro da concepção veterotestamentária.

Especialmente em relação ao Lv 13-14, vemos desfilar todo um conjunto de práticas rituais que vão desde o apresentar-se ao sacerdote (Lv 13,2.9.19.24.29.43.50; 14,3.35), o exame (Lv 13,3.9.19.24.29.43.50; 14,3.37), a prescrição da quarentena (Lv 13,4-5.21.26.31.50), o reexame Lv 13,5-6.8.14.16.19.27.32.34-35.38.53.55- 56), a nova quarentena se necessária ou a declaração de pureza ou impureza do indivíduo (Lv 13,5-8.11.13.15.17.20-23.25-28.36-37.39.44.51.54.58). Completando tudo isto, ainda podemos ter a prescrição de novos, e mais complexos, rituais de purificação (Lv 14) ou, pior, a determinação da exclusão social (Lv 13,45) do indivíduo que, mesmo tendo as chances de obter a purificação, não a alcançou.

Todos estes rituais permitiam a passagem do nível humano para o nível divino, do plano profano para o plano sagrado. A idéia é a de religar, através destes atos considerados como purificadores, o indivíduo faltoso ou transgressor das leis de Deus, novamente à esfera divina, sob a mediação dos representantes de Deus na Terra, quais sejam os sacerdotes.¹⁴⁸

Segundo Jung, é preciso que o ego se curve ao Eu, devendo o inconsciente ceder lugar ao consciente. Quem se apega ao ego acaba por perder as chances de expressão do Eu, representante direto da psique e, de acordo com

tinham evidente caráter includente, apesar de, por vezes e como último recurso, necessitar lançar mão da exclusão do indivíduo em benefício da comunidade.

¹⁴⁸ Cf. Storniolo, 1995, p. 15-17.

este pensamento, somente através do sacrificar-se é que o homem pode fazer-se pleno de Si-mesmo e portanto estar ligado a Deus.¹⁴⁹

Em Hb 9,22 informa-se que “*sem derramamento de sangue, não haverá remissão dos pecados.*” Mas, como saber se este sacrifício foi aceito e os nossos pecados foram perdoados? E por que seria necessário o sacrifício de uma vítima inocente para o resgate de dívidas que são de outrem? Na sabedoria popular, é comum dizer que só se cresce na dor e que não há vitória sem luta nem glória sem calvário. Não poderiam então estes sacrifícios apenas ter a função simbólica de representar esta batalha interna entre ego e Eu, com vistas a um novo estágio de evolução social? Ao menos esse era o pensamento de Nancy Jay.¹⁵⁰

Para Bourdieu¹⁵¹, os sistemas simbólicos promovem um princípio de divisão sistematizada capaz de engendrar e consensualizar estruturas antagônicas, tais como ego e Eu, profano e sagrado, humano e divino, servindo-se desta mesma lógica com o fim de, por meio de trocas simbólicas, permitir um resultado final de associação-dissociação, inclusão-exclusão ou de integração-distinção. E isto parece ser ainda mais evidente no caso da religião.

Os símbolos, representados pelos – e nos – rituais, serviriam, vendo-os por este prisma, como agentes palpáveis da legitimação de condutas, validando desta forma a troca de pecados por sacrifícios, remetendo o indivíduo transgressor, do seu estado anterior de impureza, a um novo estado de pureza. Seria o fazer-se novo, de novo.

¹⁴⁹ Idem, p. 17.

¹⁵⁰ Cf. Jay, 1997, 45-62.

¹⁵¹ Cf. Bourdieu, 1974, p. 30.

Para Berger¹⁵², as condutas legitimadas nascem do existir de um nomos social e isto depende diretamente da estruturação de suas instituições. É o saber socialmente objetivado que explica e justifica esta ordem social e, por este conceito, se entende legitimação. Seria, assim, da organização da instituição sacerdotal levítica e da ordenação objetiva de suas leis, através de suas dificuldades, de suas vivências cotidianas, de seus mitos e ritos, que nasceria o próprio livro do Levítico, convalidado pela legitimação alcançada pela classe sacerdotal frente ao comando daquela comunidade de hebreus.

Disto, percebemos então que a religião favorece o surgimento de um corpo de especialistas incumbidos da gestão dos bens de salvação. São eles que promovem a conversão dos fenômenos religiosos em realidades palpáveis, valendo-se de critérios e imperativos éticos. Disto depende a evolução e a sobrevivência da comunidade, uma vez que aí se reúnem os interesses sacerdotais com os interesses citadinos e também religiosos.¹⁵³

Os sacerdotes, conhecedores desse mecanismo simbólico, conseguem, por meio da manipulação da fé, elaborar todo um contexto através do qual mantenham a integridade grupal, sobretudo sob o império de um poder reconhecido pelo próprio povo e legitimado pelo campo do sagrado.¹⁵⁴

3.4 – Como compreender a questão do puro-impuro no contexto de Levítico 13-14

¹⁵² Cf. Berger, 1985, p. 42-64.

¹⁵³ Cf. Bourdieu, 1974, p. 36.

Talvez, o principal ponto a ser analisado no contexto do Lv 13-14 seja a questão do puro-impuro, até mesmo porque dela depende a futura compreensão de como algo que foi idealizado para promover uma inclusão social possa culminar em um processo de exclusão. Os próprios textos sagrados em estudo nos remetem a esta análise, haja vista a frequência com que puro e impuro surgem neste cenário bíblico. Mais ainda, de como a questão da inclusão-exclusão social é sempre atual e de como o conceito do puro-impuro tem sido usado para validá-la.

A cada época elegem-se padrões capazes de aglutinar a atenção grupal e a própria comunidade que os determina impõe a sua legitimação por um mecanismo de consagração pelo uso. Não é incomum, por exemplo, vermos o endeusamento, nos dias atuais, de um determinado ator ou cantor e, desta mesma forma, já na antigüidade, também criavam-se deuses, plenos de poderes e sequiosos daqueles que pudessem comandar. Daí nasce toda uma hierarquia e desta a manutenção de todo um conjunto de relações. Esse deus, quando plenamente desenvolvido gera, por sua vez, a necessidade de normas a serem seguidas, exigindo fidelidade e afinidade com o caráter que possui.¹⁵⁵

Da quebra deste “contrato” entre este deus e seus fiéis surge então a noção de impureza perante tal entidade divina. Porém, não se trata da cobrança de uma fidelidade apenas, mas sim de uma fidelidade pertencente aos padrões normais da própria comunidade geradora daquele deus. É o próprio proceder cotidiano, consagrado pelo uso, que irá ser legitimado como lei em favor daquele deus. O corpo de sacerdotes apenas legitima aquilo que já existe e que já participa diretamente da religião por meio de uma racionalização, garantindo assim sua validade e perpetuação.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Cf. Weber, 1991, p. 282.

¹⁵⁵ Cf. Weber, 1991, p. 286-289.

¹⁵⁶ Cf. Bourdieu, 1974, p. 38.

Puro seria então tudo aquilo que agradasse a este deus e, contrariamente, impuro seria o que o desagradasse. No bojo do Lv 13-14, a *tsara'at* representa o rompimento da perfeição material-espiritual perante Deus, provavelmente como fruto da transgressão de Suas leis, contrariando-O e, por isso mesmo, quebrando o elo que une o ser ao seu Criador.

A pureza, assim analisada, seria a promotora da inclusão do indivíduo nos contextos comunitário, universal e, principalmente, divino. Aqui, profano e sagrado unem-se pelos laços de uma aliança predeterminada e tomada de acordo entre ambas as partes. Não seria de se esperar algo que não fosse a punição com o mal pelo rompimento, por parte dos homens, de um acordo realizado com este mesmo deus por eles criado. A exclusão, portanto, nada mais seria do que um pagamento inevitável pela ausência de uma pureza, a qual se foi incapaz de recuperar.

3.5 – Inclusão e exclusão sociais analisadas com base no Levítico 13-14

O livro do Levítico é, como já vimos em capítulo anterior, um livro sobre a santidade, a qual faz parte do contexto da Torah, que também, como já vimos, significa ensino, instrução ou orientação. É ali, no Levítico, que o povo é instruído a ser santo, como Deus é santo (Lv 11,44-45; 19,2; 20,7.26). Esta santidade tem forte conotação de integridade em relação a Deus, a si mesmo e à própria comunidade.

Etimologicamente, a raiz hebraica da palavra santo significa “isolar, separar”, querendo referir-se à promoção de uma separação entre o profano e o sagrado. Daí surge, então, o termo pureza, pois Deus é puro e santo e o homem, feito à sua imagem e semelhança (Gn 1,26), também deve ser puro e

santo. Ou seja, só na integridade física e espiritual se alcança o estado de santidade.¹⁵⁷

Do acima exposto já compreendemos o princípio de um processo de inclusão-exclusão e a religião participa do mesmo legitimando-o e, desta forma, servindo para manter a realidade de um mundo socialmente construído e em cujo conjunto o homem existe cotidianamente, integrando-se aos seus pares.¹⁵⁸ Porém, tal integração nunca se dá de forma igualitária e num mesmo nível. A estratificação social é uma constante¹⁵⁹ na história da humanidade e dela parece emanar uma das causas da exclusão social, ou até mesmo a própria estratificação já poderia ser vista como uma forma de exclusão.

Vista por este prisma, a religião acaba se tornando, não intencionalmente, promotora dessa segregação, sobretudo quando prevê, em seu conjunto, a diferenciação entre sagrado e profano, puro e impuro; assim também como a distribuição hierárquica de funções que, como já vimos, tem seu ápice em Deus e sua base nos homens simples do povo e como mais imediatos deste mesmo deus, os sacerdotes.

Em relação ao Lv 13-14, isto se torna muito claro em textos como:

- *O Senhor disse a Moisés e a Aarão... (Lv 13,1);*
- *...ele será levado a Aarão, o sacerdote, ou a um de seus filhos sacerdotes (Lv 13,2);*
- *Todo homem atingido pela lepra terá suas vestes rasgadas e a cabeça descoberta. Cobrirá a barba e clamará: Impuro! Impuro! Enquanto durar o seu mal, ele será impuro. É impuro; habitará só, e a sua habitação será fora do acampamento (Lv 13,45-46);*
- *Se for pobre e suas posses não lhe permitirem trazer tanto... (Lv 14,21).*

Berger, a esse respeito, nos diz que:

“Para o indivíduo, existir num determinado mundo religioso significa existir no contexto social particular no seio do qual aquele mundo pode manter a sua plausibilidade. Onde o nomos da vida individual é mais ou menos coextensivo àquele mundo religioso, separar-se deste último implica em ameaça de anomia.”¹⁶⁰

¹⁵⁷ Cf. Bergant, 1999, p. 121.

¹⁵⁸ Cf. Berger, 1985, p. 55.

¹⁵⁹ Este tema já se encontra discutido em capítulo anterior, inclusive com citações bíblicas demonstrando tal estratificação social.

¹⁶⁰ Cf. Berger, 1985, p. 63.

Como então conceber que um judeu, no pós-exílio, se afastasse dos ideais previstos no levitismo? E mais, uma vez que as doenças descritas no Lv 13-14 – sob a denominação de *tsara'at* – apresentavam caráter disseminativo, requerendo medidas de higiene pessoal e sanitárias, o cumprimento das leis de pureza o integrava socialmente, principalmente por não colocar a comunidade em risco de uma epidemia, além de não contaminá-la com uma impureza moral nem espiritual.

Contrariamente, o não cumprimento de tais leis implicava na imposição de uma exclusão protetora da comunidade, permitindo sua sobrevivência dentro dos padrões requeridos pela aliança com Deus. Sem conhecimentos médicos mais profundos, não se poderia esperar mais do que a adoção de medidas preventivas, tais como higienizações físicas, do tipo banhos e abluções; quarentenas seguidas de reexames; lavagem das vestes; destruição de objetos por meio de incineração; cortar cabelos e barba; reforma das habitações, principalmente com correção de infiltrações e mofo; isolamento de uma casa atingida por uma condição de impureza; demolição das habitações afetadas pelo mal e, enfim, a exclusão social dos indivíduos afetados pela *tsara'at*.

Importante frisarmos que tal exclusão só se fazia valer após esgotados todos os recursos legais possíveis e que, mesmo sendo validada, visava exclusivamente o bem-estar geral às custas do sacrifício de uma parte, a saber, o indivíduo considerado impuro. Assim, longe de serem injustas, as leis levíticas de pureza possuíam caráter iminentemente includente e protetor da comunidade, dentro de um contexto bastante amplo, a exemplo das medidas preventivas que hoje vemos.

3.6 – *Tsara'at* = lepra: tradução intencional?

Doenças infecto-contagiosas eram problema para a comunidade de judeus em estudo, tanto quanto o eram para quaisquer outras comunidades e ainda o são na atualidade para todos quantos vivemos em regime de agrupamentos sociais. Não se trata portanto de um problema isolado nem particular deste ou daquele povo; é universal e atemporal. Isto se torna ainda mais

verdadeiro quando nos dispomos a analisar moléstias transmissíveis capazes de afetar sobretudo o aspecto estético do indivíduo, mudando-lhe a aparência para algo que cause asco, repulsa ou até mesmo desprezo.

Quando do diagnóstico de uma destas doenças, nunca podemos desprezar a possibilidade da geração de um estigma, que por si só impõe uma auto-exclusão por parte do portador daquele mal.

Assim temos, só nesta pequena discussão inicial, a presença de três fatores de exclusão: a possibilidade do contágio, a aparência física decorrente da doença e a estigmatização decorrente destes dois primeiros. E a este contexto acresce-se a própria denominação da patologia. Então, hanseníase, tuberculose cutânea, leishmaniose e várias outras moléstias infecto-contagiosas, capazes de afetar a aparência da pessoa afetada, passam a ser nomes por si só estigmatizantes e, por extensão, causadores de exclusão.

Vimos, no capítulo anterior, que na realidade nem podemos aceitar a tradução literal de *tsara'at* por lepra, dada a grande quantidade de diferenças encontradas entre ambas. Lepra ou hanseníase, é definitivamente uma doença infecto-contagiosa crônica e insidiosa capaz de alterar a aparência do indivíduo doente, desde que não tratada corretamente e em tempo hábil. Já a *tsara'at* engloba um determinado número de diagnósticos, configurando-se como uma síndrome¹⁶¹. Como nem toda *tsara'at* é portanto uma doença contagiosa nem

¹⁶¹ Síndrome é um conjunto de sinais e sintomas comuns a um determinado número de doenças que fazem diagnóstico diferencial entre si. A *tsara'at*, portanto, é uma síndrome dermatológica onde se incluem desde doenças ou condições banais, como uma cicatriz de queimadura, por exemplo, até doenças graves como uma lesão aguda e contagiosa de uma sífilis, por exemplo.

deformante, aceitar tal tradução seria impor-lhe, nas releituras, o mesmo poder de estigmatização.

Porém, em algum ponto da história deu-se tal fato; então, apesar de inaceitável, lepra e *tsara'at* tornaram-se sinônimos. Quando e com que intuito isto aconteceu? Iniciemos com Harrison¹⁶², o qual nos lega que o termo hebraico *tsara'at* é derivado de uma raiz – *sr'* – que significa “receber uma infecção na pele”, sendo uma descrição muito mais genérica do que específica. Tal palavra é empregada no Antigo Testamento para designar diversas condições humanas ou até mesmo alterações de tecidos usados em peças de vestuário, como também de materiais utilizados na construção de habitações, tais como argamassas, pedras e madeiras.

Só do acima exposto já percebemos que tal termo não queria mesmo designar uma patologia exclusivamente humana e nem tampouco uma doença específica. *Tsara'at* incluía, em sua definição, manchas de pele diversas, contagiosas ou não; tumores cutâneos – benignos? Malignos?; úlceras e chagas de pele; manchas em vestes; além de mofos e infiltrações em paredes de construções. Frisando ainda mais, configurava uma síndrome capaz de afetar a exterioridade, a parte visível da pessoa ou do objeto afetado; representando, desta forma, algo que corrompe a aparência externa, podendo ter, no entanto, uma origem externa ou interna.

¹⁶² Cf. Harrison, 1996, p. 125.

Harrison nos informa que foi a partir da Septuaginta¹⁶³ que se deu o uso do termo lepra em substituição a *tsara'at*. Segundo este autor, mesmo a palavra lepra, à época da tradução, também era “*um pouco indefinida quanto à sua natureza e significado*”, legando-nos ainda que autores médicos gregos a empregavam para designar uma enfermidade cutânea que tornava a superfície da pele escamosa.¹⁶⁴

Assim sendo, parece-nos claro que a substituição de *tsara'at* por lepra tratou-se apenas de uma tentativa de inculturar a Bíblia hebraica ao contexto helenístico do Egito no século III a.C., não havendo, portanto, uma intencionalidade de agravar o termo para, com isso, atemorizar ainda mais os fiéis e aumentar-lhes a fidelidade com base neste temor.

3.7 – A visão neotestamentária acerca da saúde, pureza e salvação¹⁶⁵

O Novo Testamento aborda a saúde basicamente sob dois prismas:

1- com uma visão mais voltada para um conjunto de alterações orgânicas decorrentes de uma influência negativa de espíritos não encarnados sobre os seres humanos (Mt 8,16.28; 9,32; 12,22; 17,15; Mc 5,1-5; 9,25; Lc 9,39). A tais espíritos denominavam-se demônios, os quais eram capazes de possuir o indivíduo, rompendo-lhe o equilíbrio e a pureza e, desta forma, causando-lhe doenças de expressão física e/ou mental.

¹⁶³ A Septuaginta ou LXX é a tradução grega do Antigo Testamento a partir do hebraico. Conhecida como a Bíblia grega, constitui-se “*no primeiro exemplo de tradução de um corpo de literatura sagrada, legal, histórica e poética de um povo e de uma língua no mundo cultural semítico, à língua da cultura clássica grega*”. Tal versão foi realizada em Alexandria provavelmente em meados do século III a.C., quando, a pedido do rei Ptolomeu II Filadelfo, o sumo sacerdote Eleazar designou, a setenta e dois sábios de Jerusalém, a missão de traduzir a Torah hebraica para o grego. (Cf. Treballe Barrera, 1996, p. 353-383)

¹⁶⁴ Cf. Harrison, 1996, p. 125-128.

¹⁶⁵ Sugerimos a leitura de Schiavo e Silva, 2000.

Então, partindo desta premissa, o problema nascia de uma impureza espiritual contaminadora da pureza física e, portanto, não exigia a exclusão do doente mas tão somente a expulsão do mal através da fé em Deus e do seguimento de seus mandamentos.

Neste sentido, o Novo Testamento faz uma releitura mais ampla, dinâmica e talvez mais justa das leis levíticas, colocando o destino do homem mais amplamente nas mãos de Deus. O espírito passa a ser mais valorizado e a pureza física passa a compor um cenário de menor importância quando comparada à pureza moral e espiritual, não sendo motivo de temores. Deus usa da pureza moral-espiritual para a cura da impureza física. O transcendente baixa aos níveis da matéria, espiritualizando-a. A aparente contraposição de Jesus às leis levíticas desfaz-se ao assim raciocinarmos, uma vez que o Cristo convalida a necessidade da pureza moral-espiritual para o alcance da pureza material e vice-versa;

2- de uma forma não associada à influência destes espíritos imundos e independente da fé, onde doenças são condições relacionadas apenas com disfunções próprias do organismo, como no caso da mulher hemorroíssa (Mc 5,25-34). Aqui não há correlação com o pecado nem com transgressões, embora também a fé sirva como terapia saneadora e, novamente, coloque nas mãos de Deus o poder da cura.

Podemos, de posse destes dados, afirmar que existe uma linha divisória entre o que contamina e o que não contamina a existência, nesta visão pregada pelo Novo Testamento. O puro e o impuro estão muito ligados à interpretação destes quesitos, porém Jesus se permite uma releitura crítica das leis levíticas e as interpreta mais de acordo com um deus que coloca a vida acima de tudo e, em declarando-a como pura, refuta quaisquer disposições em contrário.

Como visto em At 10, nenhum homem, mesmo estrangeiro, ou mesmo qualquer espécie de animal pode ser considerado impuro, pois Deus assim declarou, desde que sob a prática da justiça e temendo-O. É neste contexto que Jesus, ao invés de contrapor-se ao levitismo, relê as leis sacerdotais de forma a torná-las totalmente includentes, mesmo nas condições mais adversas (Mc 2,17; Mt 5,17). Este é o “levar à perfeição” as leis e os profetas, assumido como atitude cristã.

Aliás, Lc 5,12-16 (Mt 8,1-4; Mc 1,40-45) mostra claramente que Jesus era conhecedor e cumpridor da lei, não a desprezando ao enviar um leproso por ele curado aos sacerdotes para que fosse comprovada a purificação, bem como para o procedimento dos rituais preconizados. A crucial diferença é que, enquanto os sacerdotes apenas arbitram sobre o que é puro ou impuro, Jesus vai além e promove ele mesmo a cura, colocando-se num nível superior e divino.

Conclusão

Compreendendo o contexto de dificuldades enfrentadas pelos judeus no pós-exílio, suas misérias, luta pela sobrevivência em condições inóspitas e demais obstáculos à reestruturação de sua comunidade, nada mais justo que esperar deles a adoção de medidas protetoras da vida, sobretudo levando-se em conta suas crenças e a vigência de uma aliança com Deus, uma vez considerados como “povo eleito”.

Não é de se estranhar, no entanto, uma certa igualdade de comportamento e da adoção de leis semelhantes às daquela cultura com a qual conviveram por longos anos. Tal confluência de sentido entre certas leis encontradas na Pena de Talião e no Código de Hamurábi atestam esta inculturação e, em sendo mais evoluída, a cultura babilônica deve ter exercido forte influência sobre a comunidade judaica, sobretudo no caso de condutas médicas.

Mesmo assim, ainda era pequeno o conhecimento da arte médica e, baseados na cultura religiosa de que só de Deus provinha a cura, talvez não lhes fosse possível uma diferenciação mais exata entre o que era ou não realmente contagioso. Tal concepção até mesmo impedia o desenvolvimento da medicina, haja vista considerar transgressão os atos geradores de impureza, tais como tocar leprosos e cadáveres, por exemplo. A dúvida, entretanto, era tratada com justiça, tendo em vista a adoção de quarentenas, reexames e medidas de higiene com a intenção de recuperar a pureza perdida.

O Levítico configura-se, sob este ponto de vista, como o protótipo de um tratado de medicina preventiva, baseado em leis de cunho religioso-moral com vistas à manutenção e/ou recuperação de um estado de pureza físico-moral-espiritual, totalmente legitimadas pelo campo do sagrado. Ao que parece, tais medidas não eram intuitivas, uma vez que havia já um certo desenvolvimento da arte médica na própria Babilônia e também no Egito; além disto o próprio texto do Levítico demonstra um pequeno avanço nesta área.

A classe sacerdotal é a detentora deste poder de mediação entre o profano e o sagrado, arbitrando sobre tais questões.

Em especial, os capítulos 13 e 14 do livro do Levítico tratam de uma doença dermatológica, a *tsara'at*, mas que curiosamente também é capaz de afetar vestes e habitações. Assim, não pode ser considerada como uma moléstia específica, cuja causa seria única. Embora algumas vezes relacionada com o pecado, nem sempre poderá ser atribuída a ele como causador, apesar de encontrar-se fortemente relacionada com os preceitos da lei de retribuição mosaica.

A noção de puro-impuro no contexto do Levítico é extremamente forte e baseia-se em preceitos religiosos, conforme estabelecido na aliança do povo hebreu com Deus, visando o alcance de um estado de santidade capaz de elevar-lhes ao plano divino. Assim, esta visão característica do judaísmo constituía a base da vida e da religião daquela comunidade.

A quebra, ou melhor, a transgressão dessas leis de pureza implicava no recebimento de punições advindas de Deus, como contrapartida. Somente o seguimento reto das normas levíticas era capaz de manter a integridade do indivíduo e da comunidade, além de favorecer a união e a pertença judaicas. As doenças, embora não exclusivamente, comportavam-se portanto como respostas às fugas à lei.

A pertença judaica exigia o seguimento destas leis levíticas e mantinha indivíduos e comunidade enlaçados num mesmo nível perante Deus, independente da classe social a que pudessem pertencer as pessoas. Isto tanto é verdade que no livro do Levítico especificam-se condutas especiais de purificação

para aqueles de menor posse econômica e isto caracteriza a preocupação de inclusão judaica.

O caráter de inclusão social levítico – pessoal e comunitário – era protetor e mantenedor da pertença judaica mas, devido à sua interpretação das leis mosaicas de pureza e santidade, acabou por, desintencionadamente, provocar a exclusão de alguns de seus membros, não sem antes tentar, por todos os meios disponíveis, a sua recuperação.

A *tsara'at* tornou-se, portanto, um dos mais fortes pontos de rompimento com o pensamento de inclusão hebraica e impunha obrigatoriamente a adoção de medidas drásticas, sem as quais talvez não fosse possível a sobrevivência daquele grupo. Só restava aos condutores do processo de restauração da comunidade judaica pós-exílica a exclusão do indivíduo em detrimento de todos.

Tal comportamento ainda pode ser percebido na atualidade, assim como no decorrer de toda história, onde, por meio da medicina preventiva, persiste a preconização dos isolamentos individuais e até mesmo comunitários. Apesar de todo desenvolvimento apresentado no campo médico, ainda não se alcançou um estágio onde todas as doenças sejam possivelmente curadas e, portanto, para estas resta apenas a prevenção como única saída, sendo por vezes inevitável o isolamento quase que total da pessoa humana.

Seja como for, doenças infecto-contagiosas dependem e sempre dependeram destas medidas profiláticas, as quais ocasionalmente culminam com a necessidade de isolamento do doente. É justamente este isolamento que se configura como excludente social, apesar de, paradoxalmente, comportar-se como responsável pela manutenção da própria vida dos indivíduos e da comunidade.

Faz-se necessário que esta visão fique bem reforçada, sobretudo em relação ao comportamento judaico baseado nas leis levíticas, principalmente por haver correntes contrárias ao mesmo, acreditando-o um sistema injusto e que pune com a exclusão os indivíduos mais necessitados. Neste sentido, tenta-se até mesmo contrapor Jesus ao judaísmo, embora, na nossa visão médica, esta concepção de antagonismo nos pareça improcedente, haja vista a citação, por exemplo em Mt 8,1-4 (Mc 1,40-45; Lc 5,12-16) onde o próprio Cristo envia um leproso, por ele curado, ao sacerdote para que se cumprissem os rituais de confirmação do restabelecimento da pureza e de purificação conforme os preceitos levíticos, segundo havia sido prescrito por Moisés.

Conforme pudemos perceber da visão neotestamentária, nem toda doença relaciona-se com alterações decorrentes da interferência dos espíritos ditos imundos, e portanto comprometedores da pureza espiritual do ser, sobre o organismo humano. Há, portanto, um outro grupo diferente de doenças capazes de afetar o indivíduo sem interferir com sua pureza espiritual.

Assim, o Novo Testamento faz uma releitura mais ampla das leis levíticas, valorizando os dons do espírito e colocando o destino do ser humano nas mãos de Deus, o qual é mostrado por Jesus como sendo aquele único capaz de levar à perfeição a própria vida. Só de Deus provém a cura dos males da humanidade e só por Ele se alcança o estágio máximo de pureza. Só que tal pureza, capaz de incluir o ser nos níveis de uma santidade prevista na aliança com Deus, não se restringe a qualquer das camadas componentes do indivíduo mas, pelo contrário, diz respeito à sua totalidade, ao ser integral.

Jesus, então, reinterpreta o levitismo sob um novo prisma. Para ele o Criador nos lega a vida como sendo o bem mais precioso e a declara como pura sob quaisquer circunstâncias, valendo assim todo esforço por mantê-la como tal. Se os profetas não conseguiam promover a cura de tais moléstias, nada mais lhes restava do que impor regras protetoras do indivíduo e de sua comunidade e arbitrar com base nas mesmas, com o intuito de preservar a pertença judaica e a vida de seu povo.

Parece-nos clara a visão de que, através de nossos estudos, em momento algum os sacerdotes levitas tenham se valido da *tsara'at* como forma de atemorização contra os judeus, tendo se restringido apenas a demonstrar a existência de um grupo de doenças cuja causa, devido aos pequenos conhecimentos médicos que possuíam, lhes era sugerida como sendo fruto das transgressões às leis divinas e, portanto, da quebra de um estado natural de pureza, o qual devia ser mantido e/ou resgatado a todo custo.

Na seqüência, quando da tradução grega de *tsara'at* por *lepra*, parece também claro que não houve uma intencionalidade em agravar o termo com fins de se impor a fé pelo temor, uma vez que também o novo termo sugeriria um conjunto de afecções não específicas de pele, tal como no original.

O problema reside na denominação bastante posterior de uma doença específica, o Mal de Hansen ou hanseníase, utilizando-se o mesmo termo anteriormente empregado na língua grega para expressar uma situação muito diversa. Vista por este ângulo, a *tsara'at* ou *lepra* da antigüidade não corresponde à lepra da atualidade e, por isso mesmo, não se torna aceitável a adoção de tal nomenclatura. *Tsara'at* e *lepra* deveriam ser mantidos como termos genéricos

referentes a uma síndrome dermatológica, enquanto a “lepra da atualidade” deveria ser chamada apenas como hanseníase ou Mal de Hansen. Isto evitaria parte das confusões que envolvem o tema.

Por fim, há que se concordar que, mesmo nos dias de hoje e com todo avanço das ciências médicas, ainda nos é impossível evitar a exclusão social ocasional de portadores de algumas doenças infecto-contagiosas, sob a condição de, em assim não procedendo, colocar a vida de inúmeras pessoas em risco, comprometendo-lhe a sobrevivência.

Bibliografia

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 2000.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, et al. *História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

BERGANT, Diane e KARRIS, Robert J. (orgs.). *Comentário bíblico*. São Paulo: Loyola, 1999.

BERGER, Peter L. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOUZON, Emanuel. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRIEND, Jacques. *Uma leitura do pentateuco*. São Paulo: Paulus, 1994.

BRIGHT, John. *História de Israel*. Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulus, 1980.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Comida, sexo e saúde – Lendo o Levítico na América Latina.

Revista de Interpretação Bíblica Latino-americana. Petrópolis, São Leopoldo: Vozes, n. 23, p. 133-160, 1996.

CHERRY, Reginald. *A cura pela Bíblia – Princípios e ensinamentos bíblicos para prevenção e cura de enfermidades*. Rio de Janeiro: Danprewan, 2001.

CIMOSA, Mario. *Levítico e Números*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Paulinas, 1984.

COLLIN, Matthieu e LENHARDT, Pierre. *Evangelho e tradição de Israel*. São Paulo: Paulus, 1994.

DE VAUX, Roland. *Les institutions de l'Ancien Testament*. Paris: Cerf, 1972.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Vol. 2. Petrópolis, São Leopoldo: Vozes, 1997.

ELLIGER, K. e RUDOLPH, W. (editores). *Bíblia Stuttgartensia*. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1967.

FOHRER, Georg. *História da religião de Israel*. São Paulo: Paulinas, 1982.

HARRIS, R. Laird, et al. *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HARRISON, Roland K. Leprosy. *In: The interpreter's dictionary of the Bible*. Nashville: Abingdon Press, 1962.

HARRISON, Roland K. *Levítico: introdução e comentário*. Trad. Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1996.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio*. São Paulo: FTD, 1989.

IBAÑEZ ARANA, Andres. *El Levítico – Introducción y comentario*. Vitoria: Eset, 1974.

JAY, Nancy. *Com toda a tua descendência para sempre*. São Paulo: Paulus, 1997.

KLEIN, Ralph W. *Israel no exílio*. São Paulo: Paulinas, 1990.

LANDMANN, Jayme. *Judaísmo e medicina*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

LEAVELL, Hugh e CLARK, E. Gurney. *Medicina preventiva*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MESTERS, Carlos. *Os profetas e a saúde do povo*. Belo Horizonte: CEBI, 1985.

METZGER, Martin. *História de Israel*. Trad. Nelson Kirst e Sílvio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia de controle da Hanseníase*. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1993.

NAKANOSE, Shigeyuki. *Uma história para contar... – A páscoa de Josias*. São Paulo: Paulinas, 2000.

NORTH, Robert. *Medicine in the biblical background – and other essays on the origins of hebrew*. Roma: Pontificio Istituto Biblico, 2000.

OLIVIERI, Durval Pessoa. *O “ser doente” – Dimensão humana na formação do profissional de saúde*. São Paulo: Moraes, 1985.

PACHECO E SILVA, Antônio Carlos. *Medicina psicossomática*. São Paulo, Sarvier, 1976.

PERESTRELLO, Danilo. *A medicina da pessoa*. São Paulo: Atheneu, 1989.

PIXLEY, Jorge. *A história de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIMER, Haroldo e REIMER, Ivoni Richter. *Tempos de graça – O jubileu e as tradições jubilares na Bíblia*. São Leopoldo: Sinodal: CEBI: Paulus, 1999.

RENCKENS, H. *A religião de Israel*. Petrópolis: Vozes, 1969.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHIAVO, Luís e SILVA, Valmor da. *Jesus: milagreiro e exorcista*. São Paulo: Paulinas, 2000.

SCHÖKEL, Luís Alonso. *Dicionário bíblico hebreo-Español*. Trota, 1997.

SCHREIBER, Werner, et al. *Infectio: doenças infecciosas na história da medicina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.

SCHWANTES, Milton. *Teologia do Antigo Testamento – Anotações*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1982.

_____. *Sofrimento e esperança no exílio – História e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* São Paulo: Paulinas, 1987.

STORNILO, Ivo. *Como ler o livro do Levítico: formação de um povo santo*. São Paulo: Paulus, 1995.

TEILHARD DE CHARDIN, P. *O fenômeno humano*. São Paulo: Herder, 1966.

TERRIN, Aldo Natale. *O sagrado off limits – A experiência religiosa e suas expressões*. São Paulo: Loyola, 1998.

TREBOLLE BARRERA, Julio. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã – Introdução à história da Bíblia*. Trad. Pe. Ramiro Mincato. Petrópolis: Vozes, 1996.

WEBER, Max. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UNB, 1991.

WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. Trad. Antonio Steffen. São Paulo: Loyola, 1985.